

RELATÓRIO- 1º VISITA DE ACOMPANHAMENTO TÉCNICO DOS PROJETOS
Documento técnico sobre a primeira visita de campo dos projetos, juntamente com relatório sobre o processo de acompanhamento de prestação de contas da 1º parcela.

PRODUTO 5

Programa: Proteção e Gestão Sustentável das Florestas Tropicais

Projeto: Economia Verde inclusiva com base na sociobiodiversidade da Amazônia

Consultoria: Assessoria especializada para apoiar organizações representativas de comunidades quilombolas na qualificação e execução de propostas/projetos selecionados no âmbito da Chamada Pública.

Consultora: Francinete Pereira da Cruz
Contrato: 83241848

Brasília-DF/2017

1ª VISITA DE ACOMPANHAMENTO TÉCNICO DOS PROJETOS

Chamada Pública MMA/SEDR/DEX 01/2016 para apoio a Gestão
Territorial e Ambiental de Territórios Quilombolas

Sumário

LISTA DE FIGURAS	4
1. INTRODUÇÃO	6
2. METODOLOGIA DESENVOLVIDA.....	7
3. CRONOGRAMA GERAL DE VISITAS TÉCNICAS	10
4. AS VISITAS DE ACOMPANHAMENTO TÉCNICO.....	11
4.1. Associação de Moradores e Remanescentes de Quilombolas Tapuia –	11
Camamu-BA.....	11
4.1.1. O processo histórico da Comunidade	12
4.1.2. Conhecendo o Território.....	13
4.1.3. A visita de acompanhamento técnico.....	14
4.1.4. A execução do projeto	24
4.1.5. Demandas e potenciais	26
4.2. Associação de Moradores Quilombolas de Entre Rios - Cururupu-MA.....	28
4.2.1.O processo histórico da comunidade	28
4.2.2. A visita de acompanhamento técnico.....	29
4.2.3. A roda de dialogo	32
4.2.4. A execução do projeto	36
4.2.5.Parcerias e recomendações	37
4.3. Associação de Mulheres de Itamatatua- Alcântara-MA.....	39
4.4. Associação Santa Cruz de Brejão dos Negros - Brejo Grande-SE.....	41
4.4.1. Processo histórico da comunidade.....	41
4.4.2. Conhecendo o território	42
4.4.3. A visita de acompanhamento técnico e a roda de dialogo	43
4.4.4. A execução do projeto	49
4.5. Associações de Moradores e Produtores Rurais Extrativistas do Quilombo Bom Jesus - Matinha-MA	52
4.5.1. Fragilidades e ameaças para a gestão coletiva do território	53
4.5.2 Potenciais e oportunidades para a gestão coletiva do território	55
4.5.2. Demandas e potencialidades via SEDR/MMAe entidades parceiras	56
5. RECOMENDAÇÕES.....	58
6. -CONCLUSÃO.....	60
7. ANEXOS	62

LISTA DE FIGURAS

Foto 1- Encerramento da roda de dialogo com a comunidade Tapuia.....	11
Foto 2-visita na casa de Senhor Raimundo Mario	12
Foto 3 – Altar da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos pretos	12
Foto 4- Fachada da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.....	13
Foto 5 - Reunião com a coordenação da Associação e Equipe técnica (Rosenita Santos/2017)	14
Foto 6 Apresentação dos objetivos e metas do projeto (Francinete Cruz/2017)	17
Foto 7 Apresentação do Samba de Roda (Francinete Cruz/2017)	18
Foto 8 – Rosenita Santos fala sobre os sonhos (Francinete Cruz/2017).....	18
Foto 9- Elaboração e apresentação dos trabalhos de Grupo (Francinete Cruz.....	20
Foto 10- Roda de dialogo sobre turismo a experiência de Ivaporunduva-SP.....	21
Foto 11- Roda de diálogo sobre o turismo- a experiência de Ivaporunduva-SP	23
Foto 12- Dinâmica de avaliação “Os peixes” (Francinete Cruz/2017)	23
Foto 13 Roda de apresentação (Francinete Cruz/2017).....	27
Foto 14 Roda de apresentação (Francinete Cruz/2017).....	27
Foto 15- Encerramento da visita técnica de acompanhamento Entre Rios-MA.....	28
Foto 16- Comunidade Quilombola de Entre Rios- Cururupu-MA	29
Foto 17- Roda de dialogo sobre Gestão Territorial – Entre Rios.....	32
Foto 18 Roda de dialogo sobre Gestão Territorial –Entre Rios.....	33
Foto 19 Roda de Dialogo sobre Gestão Territorial- Entre Rios	33
Foto 20- Paineis da Roda de Dialogo- Entre Rios.....	35
Foto 21 Paineis da roda de diálogo Entre Rios	36
Foto 22 Apresentação do trabalho de grupo (Francinete Cruz/2017).....	38
Foto 23 Reunião com liderança da Resex-Cururupu e gestores do município	38
Foto 24 Reunião com a Coordenação da Associação de Itamatatua- MA	39
Foto 25 Roda de dialogo – quilombo Resina – Brejão dos Negros	41
Foto 26- Roda de conversa –Quilombo Resina Brejão dos Negros	43

Foto 27 Apresentação de Maracatu- Quilombo Resina- Brejão dos Negros.....	43
Foto 28- Roda de diálogo Quilombo Resina.....	45
Foto 29- Encerramento da oficina de prestação de contas (Francinete Cruz/2017).....	51
Foto 30- Representante da Associação e Técnicas do.....	51
Foto 31 Plenária do Encontro – Quilombo Bom Jesus-Matinha-MA	52
Foto 32 Mapa do Território (Jacobson Luiz/2017).....	54
Foto 33- Território Sesmaria-Matinha-MA (Jacobson Luis/2017)	58

1. INTRODUÇÃO

A realização da primeira visita de acompanhamento técnico se deu no período entre os meses de maio e junho de 2017. As comunidades dos cinco territórios beneficiados pela Chamada Pública MMA/SEDR/DEX 01/2016 para apoio à Gestão Territorial e Ambiental de Territórios Quilombolas receberam a equipe técnica do Ministério do Meio Ambiente e a consultora para troca de experiências e o monitoramento das atividades desenvolvidas na primeira fase de execução dos projetos.

Para o planejamento da programação e metodologias de cada visita, a equipe do MMA e a consultora mantiveram contato com representantes da associação proponente do projeto e suas assessorias. As visitas tinham dois objetivos maiores, entender as principais dificuldades, demandas e necessidades das comunidades, ao longo dos primeiros meses de execução do projeto foi promovido um diálogo visando potencializar as metas estabelecidas nos projetos, a partir do ponto de vista da gestão territorial e ambiental. Assim as metodologias desenvolvidas foram específicas para cada projeto e buscaram destacar as relações do projeto e das comunidades com o meio ambiente, com as manifestações culturais, com o desenvolvimento econômico local e com o acesso a outras políticas públicas direcionadas a esse público.

Foram realizadas no decorrer das visitas, reuniões com as comissões de acompanhamento dos projetos e a coordenação da Associação, para o monitoramento da parte técnica e financeira. Nas localidades em que ainda não havia sido instituída a comissão de acompanhamento do projeto, foi incentivada a sua criação e destacada a importância e papel da comissão. Pode-se observar que cada comunidade desenvolveu metodologia própria de gerar o recurso. Durante a visita, a equipe técnica destacou a necessidade da comissão conhecer e se guiar pelo Manual de prestação de contas elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente, no sentido de facilitar as questões burocráticas e ainda contribuir para a formação do corpo diretivo das associações comunitárias.

Algumas visitas de acompanhamento contaram ainda com o apoio de Coordenadores Nacionais da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) presentes nas regiões onde cada projeto está sendo desenvolvido, apoiadores da discussão sobre a Gestão Territorial e Ambiental em Territórios Quilombolas, que é pauta prioritária no

desenvolvimento dos projetos. Com isso buscou-se favorecer a interlocução com atores que possam contribuir para a elaboração e implementação de instrumentos de gestão, bem como o acesso a outras políticas públicas e a garantia dos direitos constituídos destes grupos.

Neste sentido, entende-se que as visitas de acompanhamento técnico apoiaram não somente a execução financeira e técnica das atividades, mas também contribuíram significativamente na formação da equipe técnica, na troca de experiências promovida pelas comunidades, envolvendo gestores públicos, lideranças quilombolas e assessorias de apoio, ampliando o diálogo sobre a Gestão Territorial e Ambiental dos Territórios Quilombolas. Despertaram igualmente a importância do aprofundamento das discussões junto às comunidades quilombolas e gestores público sobre instrumentos de gestão que garantam a consolidação de uma política direcionada para o desenvolvimento sustentável dos Territórios Quilombolas.

2. METODOLOGIA DESENVOLVIDA

Para cada projeto foi elaborada uma metodologia diferente, de acordo com o momento em que cada um estava, e os desafios enfrentados pelas associações na sua execução. De maneira geral, buscou-se aliar alguma atividade prevista no projeto, para fazer o acompanhamento e depois ter momentos e reuniões para tratar da prestação de contas e adaptações necessárias aos projetos. Também houve espaços de diálogo com outros parceiros, em ações de sinergia ao projeto. A proposta era de que a comunidade organizasse a atividade e assumisse a condução dos trabalhos. Isso variou muito de comunidade a comunidade, mas buscou-se fortalecer essa percepção.

Além do acompanhamento da atividade prevista no projeto, na maioria das comunidades foi realizada roda de diálogo participativa com a comunidade para falar sobre o mesmo e fazer contribuições e, num segundo momento fazer um painel sobre gestão territorial e ambiental, que foi elaborado a partir de algumas perguntas norteadoras: identidade quilombola - o que é ser quilombola, qual o histórico de resistência e luta pelo território; comunidades do território; atividades produtivas; atividades culturais. A roda de diálogo participativa teve o objetivo de realizar uma conversa mais descontraída e participativa, num espaço em que as

pessoas pudessem contribuir para pensar o projeto juntos e os desafios do território, falar sobre a execução de atividades. Alguns pontos chave das falas iam sendo registrados em tarjetas formando um painel, que ao final, de alguma maneira, representava o que eram os principais elementos da gestão territorial e ambiental destes territórios, e tentou-se fazer essa conexão ao longo da conversa.

A proposta foi realizar uma conversa, de forma mais prática e descontraída, e que as perguntas norteadoras provocassem mais autonomia nas falas, a partir do conhecimento do dia-a-dia. Cada um pôde falar sobre o que é ser quilombola, como se deu o processo de reconhecimento e os desafios enfrentados pelas lideranças, para garantir a luta e reconhecimento do território.

O papel da equipe técnica foi importante e desafiador: captar as falas, direcionar os pontos de acordo com as perguntas norteadoras, as orientações e dúvidas que surgem no meio do diálogo tanto para quem está na frente quanto para quem está na roda, além de demandas de ações e denúncias relacionadas ao meio ambiente que foram recorrentes em todas as rodas de diálogos.

A troca de conhecimentos nas visitas de campo promovida nas rodas de diálogo é algo importante para a reprodução em outros momentos de ações e projetos desenvolvidos para esse público. A forma de expor as suas necessidades, suas limitações e também todo o conhecimento e a forma de lidar com os recursos naturais existentes no território são elementos importantes a considerar na implementação de iniciativas voltadas às comunidades quilombolas.

Após as rodas de conversa, foram realizados diálogos com a comissão de acompanhamento do projeto e demais membros da comunidade sobre a execução do projeto e a prestação de contas. Houve a necessidade, em alguns casos, da realização de uma oficina de prestação de contas para esclarecer pontos importantes referentes à utilização dos recursos e às formas de comprovação de gastos, além de repassar o conteúdo do manual de prestação de contas da chamada. Foi utilizada apresentação em power point com os principais pontos do manual de prestação de contas, documento base para toda a execução dos projetos.

Na maioria dos projetos foi incluído um momento de reconhecimento do território, seja por meio de conversas com moradores, seja por meio de visita a locais importantes, acompanhado pelos comunitários para contar o histórico, com

os desafios e potenciais da área. Este momento foi de extrema relevância para visualizar e entender o projeto no contexto maior da gestão territorial e ambiental.

A seguir, na descrição da visita a cada projeto, pode-se observar com detalhes a metodologia desenvolvida para cada um dos territórios.

3. CRONOGRAMA GERAL DE VISITAS TÉCNICAS

Figura 1- cronogramas das visitas de acompanhamento técnico

TERRITÓRIO	PROJETO- VALOR R\$	ABRIL	MAIO					JUNHO	EQUIPE TÉCNICA
		1° semana	1° semana	2° semana	3° semana	4° semana	5° semana	4ª Semana	
Tapuia - Camamu-BA	Nossa História, Nossa Cor, Nossa Cultura e Nossos Sonhos. (R\$ 70.000,00)		05 a 07						Técnico: Renata Apoloni, Consultora: Francinete Pereira
Entre Rios - Cururupu-MA	Educar para preservar: educação Ambiental e Sustentabilidade no Quilombo de Entre Rios. (R\$ 61.223,00)			11 a 13					Técnico: Jacobson Luiz Consultora: Francinete Pereira
Bom Jesus - Matinha- MA	Apoio ao projeto "Território Quilombola Sesmarias do Jardim da Defesa de Patrimônios culturais e ambientais". (R\$ 70.000,00)					27 a 29			Técnico: Jacobson Luiz e Marcia Nogueira
Brejão dos Negros - Brejo Grande-SE	Contos, Cantigas e Identidade: Alternativas para preservação dos Mangues e das matas do Quilombo Brejão dos Negros. (R\$ 130.000,00)						26 a 29		Técnico: Renata Apoloni, Consultora: Francinete Pereira
Itamatatuiá-Alcântara-MA	Fortalecimento e organização social, gestão territorial e ambiental de 10 comunidades quilombolas no território étnico de Alcântara-MA. (R\$ 129.800,00)				16 Reunião parcial			22 a 24	Técnico: Marcia Nogueira Consultora: Francinete Pereira

4. AS VISITAS DE ACOMPANHAMENTO TÉCNICO

4.1. Associação de Moradores e Remanescentes de Quilombolas Tapuia – Camamu-BA

A visita de acompanhamento técnico do projeto “*Nossa História, Nossa Cor, Nossa Cultura e Nossos Sonhos*” apresentado pela Associação de Moradores e Remanescentes de Quilombolas Tapuia -Camamu-BA foi realizada no período de 04 a 07 de maio de 2017. Contou com a participação da analista ambiental Renata Apoloni, a consultora da GIZ/MMA Francinete Pereira, a liderança quilombola, o advogado Oriel Rodrigues da comunidade de Ivaporunduva, Eldorado-SP e do coordenador da CONAQ-BA, José Ramos de Freitas.

A presença de Oriel foi organizada para que ele pudesse contar sobre os 14 anos de organização e atuação com etnoturismo em sua comunidade quilombola de Ivaporunduva, localizada no Vale do Ribeira, interior de São Paulo. A comunidade de Tapuia manifesta interesse e há potencial da área em trabalhar com o turismo de forma organizada, e buscou-se trazer esse momento de diálogo para a reflexão de como o etnoturismo pode ser um instrumento de gestão territorial e ambiental, a partir do diálogo sobre os impactos positivos e negativos do turismo.



Foto 1- Encerramento da roda de diálogo com a comunidade Tapuia

4.1.1. O processo histórico da Comunidade

A origem da comunidade de Tapuia deu-se com a chegada dos Jesuítas o início do Século XVII, sendo sua primeira ocupação na comunidade de Santa Inês, onde foi construída a primeira Igreja Católica (De Santa Inês). Inicialmente a comunidade chamava-se Santa Cruz, depois Cruzeiro Sul e por último Tapuia. A denominação de Santa Cruz foi devido a sua formação geográfica, onde a localidade é cortada por um rio formando uma cruz, dividindo o espaço em Cruz de Baixo e Cruz de Cima, tendo como referencia o Cruzeiro da Igreja (ao norte) e o Cruzeiro do Cemitério (ao Sul).



Foto 2-visita na casa de Senhor Raimundo Mario
(Francinete Cruz/2017)

Vale ressaltar, que segundo Dona Maura (professora aposentada e griot) conhecida por Maru, o Governo republicano da época mudou os nomes de vários distritos e povoados da Bahia denominando nomes indígenas, daí a origem de Tapuia, cujo termo foi utilizado, ao longo dos séculos, no Brasil, para designar os índios que não falavam a língua tupi, que habitavam principalmente o litoral e as regiões mais interiores sobre os montes e em sua vizinhança, em lugares que eram os limites mais afastados das capitanias ora ocupadas pelos brancos, e os indígenas que falavam, principalmente, línguas do tronco macro-jê.



Foto 3 – Altar da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos pretos
(Francinete Cruz/2017)

A base religiosa da população na fundação da comunidade foi o catolicismo e a religião de matriz africana, o candomblé cultuado de forma fechada por não ser bem visto pela sociedade. Os religiosos católicos e alguns com ascendência candomblecista constituíam

a Irmandade de São Benedito, responsáveis pelas realizações das festas tradicionais da localidade.



Foto 4- Fachada da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos
(Francinete Cruz/2017)

Hoje, Tapuia além de ser Distrito do município de Camamu é reconhecida e certificada como Comunidade Remanescente de Quilombo desde 2007 pela Fundação Cultural Palmares através do seu patrimônio histórico e cultural, como também pelas características étnicas e raciais da população presente ao longo da história de formação.

4.1.2. Conhecendo o Território

A equipe chegou ao território no dia 04 de maio pela tarde e foi recebida pelo senhor Cosme, representante do conselho gestor da Associação e componente da equipe organizada para receber e acompanhar a equipe nos dias previstos de atividades, incluindo os aspectos de hospedagem, alimentação, a estrutura das atividades e a participação da comunidade.

Na manhã do dia 05 de maio foi realizado um passeio guiado pela Senhora Marileide, professora da comunidade de Tapuia, no qual foi apresentado à equipe o histórico da comunidade e alguns espaços importantes que a comunidade mantém sob sua responsabilidade, como: o cemitério da comunidade, a Igreja católica, as escolas, posto médico, casa do correio etc.

Foi falado também dos muitos artesãos presentes na comunidade e seus diferentes trabalhos, com entalhe de madeira, confecção de roupas, artesanato com cabaça, confecção de bolsas com palha, além da produção

culinária com doces e licores. Foram trazidos relatos da memória viva ainda presente na comunidade, representado pelos idosos; sendo que a comunidade de Tapuia ainda apresenta muitos detentores dos conhecimentos da comunidade vivos – durante a visita pôde-se conversar com alguns deles. Recentemente, conforme relato de comunitários, foi realizado encontro para troca de conversas, fortalecimento da auto-estima e saúde dos mais velhos, pois muitos têm baixa valorização, e apresentam sintomas de depressão, entre outros.

No roteiro feito pela comunidade, pode-se perceber diversos elementos de um potencial roteiro turístico da comunidade, considerando, além disso, a preservação das manifestações populares ainda existentes, com um calendário amplo anual de festejos realizados pela comunidade. Foi sugerido à comunidade – a partir da experiência de etnoturismo compartilhada por Oriel, desenvolvida na sua comunidade em Ivaporunduva, que a comunidade pense a perspectiva de desenvolver o turismo etnocultural, uma vez que o etnoturismo parte da perspectiva de fortalecimento da identidade e do território quilombola e das práticas e saberes existentes, e pode ser trabalhada de forma transversal com as questões ambientais e a garantia dos direitos enquanto remanescentes de quilombo. Foi mencionado pelos comunitários que o território faz parte de um roteiro turístico promovido pela prefeitura de Camamu, porém a comunidade não foi envolvida na elaboração do roteiro e nem nos desdobramentos. Representantes da prefeitura foram convidados para estarem presentes durante a visita, mas não compareceram.

4.1.3. A visita de acompanhamento técnico



Foto 5 - Reunião com a coordenação da Associação e Equipe técnica (Rosenita Santos/2017)

Primeiro momento

No dia 05 de maio pela tarde, após a visita de reconhecimento do território, foi feita uma reunião com a coordenação da Associação, para falar sobre os desafios da associação na execução do projeto. A princípio, estava marcado um primeiro momento somente com a associação e um segundo momento com a assessoria que estava apoiando o projeto, e que havia confirmado presença, porém, no dia, não compareceu.

Foi feita uma rodada de apresentações e na sequência a equipe fez uma explanação sobre o edital que a comunidade participou, do qual estão sendo beneficiados, o objetivo e a programação da visita técnica no decorrer dos três dias de atividades previstos. A programação, que segue anexa, havia sido pactuada com Rosenita da Luz, uma das representantes da Associação que está apoiando a execução do projeto, e também com Reginaldo, o presidente da Associação.

Nesta reunião, os representantes da associação apresentaram as dificuldades com a equipe de assessoria técnica, que contribuiu na elaboração da proposta apresentada à chamada pública e que havia se comprometido a fornecer o apoio para acompanhamento da execução do projeto, além do acompanhamento do projeto, estava previsto a realização das atividades 1.1- Contratação de Pessoa Jurídica para elaboração e execução do projeto arquitetônico, atividade 4.1- Oficina (de diagnóstico ambiental) para construção de mapa temático das áreas de maior antropização no quilombo.

.As principais dificuldades citadas foram: dificuldade em fazer um contrato com a assessoria discriminando todas as atividades e serviços previstos; dificuldade em que a assessoria considerasse os tempos da comunidade e estabelecesse um cronograma de realização das oficinas que atendesse ao calendário local; apropriação da concepção e metodologia das oficinas, com pouco ou nenhum diálogo com a comunidade quando da formulação da programação e escolha dos oficinairos; dificuldade da assessoria em reconhecer e valorizar o conhecimento e saber local e tradicional, incluindo-os formalmente no projeto.

Além disso, foi compartilhada com a equipe a dificuldade da associação nos procedimentos de prestação de contas, foi solicitada uma capacitação sobre o manual de prestação de contas e um apoio na reformulação do projeto, para que a

comunidade pudesse discutir e contribuir na metodologia e programação das atividades propostas. Pôde-se perceber que a dificuldade na prestação de contas se deu também porque as pessoas que têm conhecimento específico e lidam com as questões administrativas-financeiras do projeto não foram as que participaram da oficina de capacitação inicial realizada em Brasília. Além disso, um número maior de pessoas participa do apoio da associação, o que sinaliza a necessidade, antes de iniciar os projetos, de fazer a capacitação inicial sobre a execução e prestação de contas nos próprios territórios, com um número maior de participantes, de forma a envolver e capacitar diversos membros da associação, fortalecendo o conhecimento para a tomada de decisões conjunta e apropriação do projeto..

A Associação relatou à equipe técnica do MMA que devido às dificuldades de comprar e receber os materiais para a oficina, contratar oficinheiros em um perfil acordado entre a comunidade e a assessoria, estabelecer um cronograma viável entre a comunidade e a assessoria, e de haver uma falta de apropriação da execução do projeto (nos aspectos relativos à prestação de contas), ainda não havia sido realizada nenhuma das atividades previstas. Neste momento, a comunidade se mostrou bastante preocupada com a falta de compromisso por parte dos técnicos da assessoria, e também assumiu a responsabilidade de não ter tido, no início, maior apropriação na operacionalização das atividades. Diante da situação apresentada à equipe foram tomados os seguintes encaminhamentos nessa reunião:

- 1º entrar em contato com a equipe de assessoria e agendar reunião na comunidade até o último dia da visita de acompanhamento técnico, no sentido de repactuar as atividades previstas e receber os materiais das oficinas que estavam sob a responsabilidade da assessoria. Foi feita proposta de realizar um contrato com a assessoria, formalizando as atividades e serviços que esta estava se dispondo a realizar junto à comunidade.
- 2º Equipe de acompanhamento técnico do MMA e GIZ realizarem no domingo, dia 07/05, oficina de prestação de contas para toda a coordenação da Associação e conselho fiscal, a oficina foi coordenada pela equipe de acompanhamento técnico.

- Realizar a reformulação do projeto junto com a comissão de acompanhamento do projeto, discutindo e repactuando das atividades, metodologias e prazos do projeto.

Na sequência dos encaminhamentos foi realizado um exercício de reconhecimento do projeto, para que todos tivessem domínio do que tinham proposto e planejem como seria o desenvolvimento do projeto nos últimos dois meses, prazo previsto para encerrar a execução da primeira parcela e apresentar o relatório técnico e o relatório financeiro, condições necessárias para a liberação da segunda parcela e finalização do projeto.



Foto 6 Apresentação dos objetivos e metas do projeto (Francinete Cruz/2017)

Segundo momento: No sábado, dia 06/05 foi realizada uma roda de diálogo com a comunidade. O início se deu com uma dinâmica cantada (Flor) de apresentação de todos os presentes, puxada pela comunidade, e na sequência foi feita uma apresentação de uma das manifestações culturais da comunidade “*A volta de Jiboia*”, que envolveu todos os presentes tornando o ambiente mais agradável e descontraído. Para dar início ao diálogo proposto a técnica do Ministério do Meio Ambiente (Renata Apoloni) falou sobre o processo de Gestão Territorial e Ambiental dos Territórios Quilombolas e a satisfação de fazer parte de um processo tão enriquecedor para as comunidades quilombolas e propôs um desafio, que cada participante falasse do seu sonho, e o que espera de melhoria para a sua comunidade, como visualiza a comunidade no futuro?



Foto 7 Apresentação do Samba de Roda
(Francinete Cruz/2017)

As falas foram surgindo e os sonhos foram aos poucos aparecendo. Para que os sonhos possam ser realizados trouxeram anterior aos sonhos, problemas que açoitam a comunidade, a exemplo do desmatamento, problema com a água potável para o consumo, assoreamento das nascentes dos rios, pesca predatória, êxodo da juventude em busca de oportunidades de trabalho, dificuldades políticas com a gestão local, destacando o completo enfraquecimento da política de educação específica aos quilombolas.



Foto 8 – Rosenita Santos fala sobre os sonhos (Francinete Cruz/2017)

Apareceram os seguintes sonhos: o sonho de ter uma comunidade **i**mpoderada da sua identidade, suas manifestações culturais reconhecidas, pessoas conscientes do que o meio ambiente representa para as futuras gerações, os jovens conscientes do seu papel enquanto futuros protagonistas de sua história e retornar à comunidade para desempenhar o papel de colaborador. Que as

escolas trabalhassem o empoderamento social e político dos alunos e professores, que a história da comunidade fosse entendida e absorvida por todos, que as manifestações culturais fossem a cada dia um elo de resistência, um símbolo de luta e fortalecimento da comunidade de Tapuia.

Após isso, foi trazida a pergunta norteadora sobre a Identidade quilombola “**O que é ser Quilombola**”. Neste momento, houve a participação das diferentes gerações presentes, cada um dentro do seu momento de vivência e de realidades distintas, uns abertos a uma nova construção do conceito do que é ser quilombola a partir do entendimento da comunidade e não do que até então foi imposto, em alguns momentos com uma carga de negatividade. O entendimento do que é ser quilombola de forma positiva ficou visivelmente exposto nas manifestações culturais, na forma de acolhida, na luta pela garantia do seu território, no acesso às políticas públicas.

Apareceram questionamentos e considerações por parte dos jovens no que se refere à falta de oportunidades, de não se sentirem inseridos nos momentos de decisões da comunidade, e os mais experientes enfatizam que o jovem não tem tanto interesse em participar dos espaços de construção, a exemplo das reuniões da Associação. Algo importante nesse diálogo foi o momento de escuta, todos falaram e todos ouviram uns aos outros, chegando à conclusão que diálogos internos precisam ser feitos com mais frequências e participação das diferentes gerações.

Outros temas foram abordados: a) a grande capacidade de organização já existente da comunidade no desenvolvimento e resgate das atividades culturais (Terno de Reis, a volta da Jiboia, Festejos Juninos, Festejo de São Benedito, mês de Maria, Samba de Roda etc); b) o potencial da atividade do turismo no território e a capacidade já existente para acolhimento da comunidade aos visitantes; c) preservação ambiental e a discussão sobre o desmatamento de áreas protegidas pela comunidade há mais de cem anos; d) melhoria dos meios de produção, pesca e extrativismo; e) processo de regularização fundiária, f) acesso às políticas públicas.

Nas falas foram surgindo relatos sobre ações e políticas públicas que a comunidade já acessa, mas outras que ainda são desafiadoras, por exemplo, a

discussão sobre a educação escolar quilombola. Existem no município 17 escolas quilombolas registradas, e em funcionamento, mas sem o apoio da gestão pública local, que não tem interesse na implementação das diretrizes curriculares.

Com a extinção da coordenação quilombola no município, o único espaço que garantia o diálogo junto às escolas, dificultou as atividades dos professores e alunos que diariamente estão empenhados no desenvolvimento da educação diferenciada para os alunos quilombolas. A comunidade e a equipe técnica de acompanhamento enviaram convite à gestora local e não obtiveram confirmação nem a participação na roda de diálogo promovido na comunidade.

Terceiro momento: Após a confecção do painel de gestão territorial e ambiental, foi proposto, no período da tarde, a confecção de mapas do território por diferentes grupos, jovens, mulheres, pessoas mais velhas. A atividade de grupo demonstrou uma sintonia entre as gerações. A elaboração do mapa do território foi um exercício muito rico, demonstrando a disponibilidade dos mais experientes em contar as histórias, absorvidas pela juventude que soube refletir essa troca de saberes no mapa, registrando os elementos históricos, culturais, ambientais, as pessoas, a religião etc.



Foto 9- Elaboração e apresentação dos trabalhos de Grupo
(Francinete Cruz)

Cada grupo lembrou e expôs questões importantes da comunidade, que mantém viva até então a identidade da comunidade de Tapuia conhecida na região como uma das comunidades mais ricas culturalmente. Ao apresentarem o mapa, ao longo das conversas, puderam identificar áreas de risco e áreas de conflitos em que a comunidade hoje tenta mediar problemáticas internas e garantir a área preservada.

Quarto momento: Na manhã de domingo, dia 07/05, foi realizada uma apresentação da experiência de turismo étnico cultural da comunidade quilombola de Ivaporunduva, localizada no Vale do Ribeira, no município de Eldorado, estado de São Paulo. Oriel Rodrigues (*Advogado e liderança da comunidade*), fez uma longa explanação da construção de todo o processo de etnoturismo na comunidade, detalhando como a comunidade consegue atualmente manter a segunda maior geração de renda com o desenvolvimento do turismo no município e os desafios enfrentados ao longo de 15 anos.

Iniciou sua fala contando um pouco do histórico da comunidade e a formação do quilombo de Ivaporunduva, a necessidade de resgatar a verdadeira história da comunidade, o processo de regularização fundiária, a reconstituição dos troncos familiares, a reorganização da cadeia produtiva (banana orgânica), e por fim o desenvolvimento da atividade do turismo étnico cultural.



Foto 10- Roda de dialogo sobre turismo a experiência de Ivaporunduva-SP
(Francinete Cruz/2017)

Para que todo esse processo fosse bem desenvolvido houve vários passos dados pela comunidade, primeiramente a formação da Associação, depois

o fortalecimento da organização social interna, elaboração de regimento e regras, pensar o turismo enquanto atividade de geração de renda para toda a comunidade, garantindo que todos que tivessem interesse pudessem participar e se beneficiar das atividades de turismo – substituindo as tentativas iniciais de cada família trabalhar de forma separada e centralizar os benefícios do turismo em algumas poucas, para fazer do turismo uma atividade coletiva e de fortalecimento de todos, com a construção de regras e também de uma pousada da associação.

Citou também que até então a inserção dos mais velhos era um desafio, e no processo de turismo conseguiram inseri-los. Dessa forma, estratégias de atuação foram construídas e muitos desafios enfrentados, na tentativa e erro, sempre caminhando no sentido do fortalecimento da associação, com a criação de grupos de trabalhos coordenados pelos moradores e a busca de parceria que os apoiassem no acesso a projetos de fortalecimento institucional.

Com a titulação do território a situação melhorou, com a garantia da terra houve maior segurança e a comunidade pôde pensar de forma real o planejamento de suas atividades e o uso de suas áreas. Mas tudo isso só foi possível a partir do momento que a comunidade despertou para os inúmeros problemas existentes e resolveu refletir sobre três questões: **1) Quem somos? 2) Onde estamos? e 3) Quantos somos?.**

A partir dessa reflexão e pesquisa ficou mais fácil o diálogo para dentro e para fora. A juventude hoje tem um papel importante no desenvolvimento local muitos saíram e se formaram e hoje desenvolvem trabalhos na comunidade, os monitores ambientais são todos da comunidade que passam por cursos de formação com frequência. Outro ponto importante é o papel das mulheres na organização do turismo desde a organização da alimentação até a coordenação do grupo de trabalho que atualmente tem paridade de gênero.

E assim a comunidade hoje tem uma renda anual de 900 mil reais ano, e o seu público prioritário é o turismo educativo, trabalhando diretamente com escolas particulares e públicas de diversos estados do Brasil, que se encaixam dentro de um pacote com roteiros e programações estabelecidos pela comunidade. O foco é apresentar aos grupos a história do quilombo e acompanhar as atividades desenvolvidas na comunidade.



Foto 11- Roda de diálogo sobre o turismo- a experiência de Ivaporunduva-SP
(Francinete Cruz/2017)

Na fala de Oriel Rodrigues foram levantadas várias indagações, a exemplo da participação de juventude, o envolvimento das mulheres, a produção da banana orgânica, as regras locais existentes, o acesso a outras políticas públicas, a educação escolar quilombola e a relação com outras comunidades da região. Foi de grande interesse dos homens a explicação sobre o cultivo orgânico, inclusive de hortaliças e outras culturas, as formas de certificação e apoio para conhecer experiências concretas de técnicas para orgânicos e agroecológicos.

O diálogo sobre a experiência do quilombo Ivaporunduva trouxe à comunidade de Tapuia grandes expectativas em relação ao desenvolvimento do turismo, sendo que neste momento o desafio é a discussão coletiva e o envolvimento da maior parte da comunidade, pensando que o turismo pode ser uma atividade geradora de renda e também de fortalecimento da identidade quilombola, desde que seja construída de dentro pra fora, envolvendo parcerias e principalmente, fazendo valer as relações internas já existentes na comunidade.



Foto 12- Dinâmica de avaliação “Os peixes” (Francinete Cruz/2017)

Depois da fala de Oriel, foi proposta uma dinâmica para pensar os impactos positivos e negativos do turismo e as formas que a comunidade tem para garantir apenas os impactos positivos. Foi colocado um TNT azul no formato de um rio, e colocados os impactos positivos em peixes de uma cor verde (atividades culturais fortes, organização da associação, acesso a faculdade etc), e negativos amarela (drogras, desmatamento, poluição, falta de emprego etc.) em peixes de outra. Aí foi perguntado o que a comunidade poderia fazer para garantir benefícios para comunidade, foram sinalizados para coisas como:

4.1.4. A execução do projeto

A Associação vem enfrentando problemas na execução das atividades previstas para a primeira etapa, pactuadas no cronograma de execução e no acordo de subvenção. Isso se deve às dificuldades enfrentadas na parceria com a assessoria de acompanhamento, que pelo que pôde ser observado, não tem realizado o processo de apoio com a premissa de garantir autonomia e capacitação da própria comunidade na gestão e execução do projeto.

Algumas das situações observadas foram: tentativas de pactuação do calendário não respeitar os calendários da comunidade; não reconhecimento e valorização, dentro do projeto, dos saberes tradicionais, mostrado através da negação de inclusão de pessoas das comunidades quilombolas como potenciais oficinairos e a proposta de que as pessoas que trabalharem no projeto e forem da comunidade sejam voluntários, não abrindo espaço para remuneração dos serviços prestados; alegada falta de conhecimento das regras de execução e prestação de contas da chamada por parte da assessoria que se propôs a apoiar a comunidade nessa etapa, tendo inclusive, participado de capacitação em Brasília sobre o Manual de Prestação de Contas.

A falta de organização e planejamento da execução, incluindo metodologia, junto à comunidade; e a falta de existência de um contrato, formalizando a parceria e os serviços a serem prestados. Por outro lado, a associação, que tinha ainda pouca experiência na execução total de um projeto, manifestou que ainda tinha muitas dúvidas em relação à prestação de contas, e que não sentia segurança na execução autônoma das atividades, com algumas dificuldades de tomar as decisões no coletivo.

A equipe observou, porém, que a comunidade tinha formas próprias de organização e prestação de contas muito organizadas, com divisão de tarefas, especialmente no que se refere as atividades culturais realizadas anualmente na comunidade, e todas as que se referem as atividades religiosas.

Foi destacado pela equipe que a capacidade e o conhecimento para realização do projeto já estavam na comunidade, faltando apenas a tomada de consciência e algumas informações específicas sobre a prestação de contas da chamada. Nesse sentido, ao longo da visita, foi formada a comissão de acompanhamento do projeto, com membros da associação, e foram realizados diálogos e capacitação com os mesmos.

Além disso, foi feita a reformulação do projeto, de modo a refletir melhor os anseios e metodologias propostas pela comunidade, as dificuldades enfrentadas pela associação deixam um aprendizado no sentido da necessidade de realizar capacitações para fortalecimento das associações, incluindo oficinas para elaboração e execução de projetos.

Os fatores citados acima, inviabilizaram, até o momento da visita de acompanhamento, a realização das atividades previstas no projeto. Foram realizados somente compras, com apoio da assessoria, de alguns equipamentos que não foram aprovados pela equipe de acompanhamento do projeto, composto por *Milian Rocha de Oliveira, Rosenita da Luz, Marileide Batista, Raimunda Eça, Raimunda Oliveira, Ednalva Colatina, Josenildo Paiva*, sócios e membros da coordenação da Associação, uma vez que alguns dos equipamentos e notas fiscais foram, ao que tudo indica, adquiridos sem os devidos procedimentos estabelecidos no manual de prestação de contas do Ministério do Meio Ambiente.

A comunidade se sentiu responsável por não estar de fato apropriada de todo o processo de execução do projeto, desde a compra de material, contratações de oficinairos e outros colaboradores. Com todas essas dificuldades a equipe de acompanhamento decidiu realizar uma oficina de prestação de contas para a coordenação da associação e tirar todas as dúvidas referente à execução financeira e técnica do projeto.

Nesta oficina foram trabalhados todos os detalhes da prestação de contas, incluindo os relatórios técnicos (lista de presença, fotografias e relatório de

atividades dos oficinairos) e os relatórios financeiros (cotação de preço, contratação, emissão de nota fiscal, recibos). Ficou definido que neste momento a responsabilidade da coordenação da associação é sanar todos os problemas até então diagnosticados e em conjunto com a comunidade tomar as devidas providências. No sentido de solucionar tais problemas e viabilizar a realização das atividades previamente acordadas no acordo de subvenção.

Além disso, ficou acordado que a comissão de acompanhamento iria finalizar a reformulação do projeto iniciada com a equipe técnica, e iria pactuar as mudanças em uma reunião da associação, com um número maior de participantes. Visita de acompanhamento técnico na comunidade de Tapuia foi desafiadora, e mostrou a necessidade de realizar capacitações e procedimentos de fortalecimento das associações no âmbito das chamadas públicas, ou como ações mais estruturantes na temática de gestão territorial e ambiental.

Pôde-se observar que ao mesmo tempo que a associação encontra-se num desafio na gestão do projeto, sendo que ao mesmo tempo tenta manter a serenidade e conduzir um processo de autonomia da execução do projeto, e sente a necessidade de se manter firme na relação com a Assessoria que inicialmente se propôs a contribuir com o processo, para não criar um problema inesperado para as lideranças locais, que são colocadas a todo momento a prova perante a comunidade, que acredita e confia em cada componente da Associação.

Foi muito impactante observar a forma que algumas assessorias “de apoio” ainda se relacionam com as comunidades quilombolas no momento de captação de recursos, e não trabalham no seu empoderamento e fortalecimento, desconsiderando sua capacidade de gerenciar, organizar e se mobilizar, sendo que o gestor recursos deveria ser parte de um processo de fortalecimento institucional que precisa ser considerado pelos parceiros e conduzido sempre em comum acordo com a comunidade.

4.1.5. Demandas e potenciais

Nas rodas de diálogo e ao longo da visita de acompanhamento técnico a comunidade apresentou problemas e demandas relacionadas à GTA Quilombola que necessitam ser discutidas com órgãos governamentais locais, estaduais e nacionais, bem como o acompanhamento das discussões pelo movimento

quilombola para além das iniciativas locais. Alguns dos principais problemas e demandas apresentados foram:

- 1- Desmatamento de áreas de preservação ambiental, como nascentes
- 2- Pesca predatória
- 3- Assoreamento dos rios
- 4- Impactos ambientais sofridos com a construção da estrada
- 5- Falta de saneamento básico, com qualidade da água imprópria para o consumo
- 6- Implementação da educação escolar quilombola
- 7- Melhoria de transporte escolar
- 8- Necessidade de aceleração do processo de regularização fundiária
- 9- Apoio a projetos para a produção agrícola sustentável/práticas agroecológicas/produção orgânica
- 10- Apoio a diálogos sobre o empoderamento da identidade quilombola.
- 11- Apoio para as manifestações culturais.
- 12- Apoio a diálogos sobre o turismo étnico-cultural e de Base Comunitária.

Pôde-se incentivar - e perceber que a comunidade tem interesse nesse sentido – de buscarem, com a implementação do projeto, potencializar as parcerias que possam contribuir com as atividades para além do projeto. Atualmente as parcerias são de pessoas físicas que têm uma ligação direta com as comunidades, pesquisadores da Universidade que apoiam a luta pela garantia do território, a CONAQ-BA com o acompanhamento e o apoio no que se referente à luta pela implementação das políticas públicas (Educação, saúde, produção, direito e cidadania e no processo de regularização fundiária).



Foto 13 Roda de apresentação (Francinete Cruz/2017)

Foto 14 Roda de apresentação (Francinete Cruz/2017)



4.2. Associação de Moradores Quilombolas de Entre Rios - Cururupu-MA



Foto 15- Encerramento da visita técnica de acompanhamento Entre Rios-MA
(Francinete Cruz/2017)

A visita de acompanhamento técnico ao projeto “Educar para preservar: educação Ambiental e Sustentabilidade no Quilombo de Entre Rios” foi realizada no período de 11 a 13 de maio de 2017 na comunidade de Entre Rios-Cururupu-MA,. O projeto tem como objetivo desenvolver ações de educação ambiental para a comunidade Quilombola de Entre Rio, localizada na região da Baixada Maranhense, a 465 km da capital São Luís, acessível por meio de transporte rodoviário, marítimo e aéreo através de um pequeno areal *landingstrip* adequado para aviões menores localizada no sede do município de Cururupu.

A visita contou com a participação do Técnico do Ministério do Meio Ambiente Jacobson Luiz e da Consultora da GIZ/MMA Francinete Pereira.

4.2.1.O processo histórico da comunidade

A comunidade Quilombola de Entre Rios possui mais de 200 anos, tendo sido fundada por uma negra escravizada fugida de uma fazenda em Guimarães Vicência. Entre Rios está localizada a 18 km de distância da sede do município, tendo como vias de acesso 10 km de asfalto e 8 km de estrada de piçarra. Localiza-se entre as curvas dos rios Uru e Mirim e tem como limites os povoados de Boa Vista a 1 km, Alto Brasil a 5 km e Serraria a 6 km.

O acesso dos moradores do povoado ao município é feito por meio de carroça, carro de boi ou moto, pois não há oferta de transporte através de ônibus. A economia do Povoado baseia-se na agricultura com o cultivo de arroz, milho, mandioca, melancia e na criação de animais como galinha, gado e porco, a mandioca é beneficiada em duas casas de farinha da comunidade.

Atualmente a comunidade vem acessando projetos de desenvolvimento local, a exemplo do projeto de moradia, no qual 50 famílias moradoras da comunidade foram beneficiadas, ações de melhoria da água, e projetos de desenvolvimento produtivo com a atuação das mulheres nos quintais produtivos.



Foto 16- Comunidade Quilombola de Entre Rios- Cururupu-MA
(Francinete Cruz/2017)

O quilombo Entre Rios é uma comunidade que mantém manifestações culturais, o Tamborim é a atividade cultural predominante, mas ainda apresentam o bumba-boi Sotaque de Zumbumba (sotaque da baixada), famoso por suas histórias, toadas e cantigas sempre entoadas com satisfação pelo mestre boieiros e tocadores.

4.2.2. A visita de acompanhamento técnico

No primeiro dia de atividade, a coordenação do projeto juntamente com a associação executora realizou a oficina de monitoramento e avaliação das primeiras atividades do projeto, de acordo com o cronograma pactuado. No período da manhã a reunião foi interna e contou apenas com a participação dos beneficiários diretos do projeto. No segundo momento, já no período da tarde, a

equipe de acompanhamento técnico do Ministério do Meio Ambiente foi convidada a participar da avaliação.

A metodologia utilizada pela equipe do projeto valorizou a participação da juventude e das pessoas com mais experiência. Perguntas norteadoras referentes às atividades já realizadas foram trabalhadas em grupo e na sequência apresentada e discutida na plenária por representante dos grupos.

Perguntas norteadoras para o monitoramento e avaliação.

- 1- Como o projeto surgiu e como tomou conhecimento?
- 2- Quais os objetivos do projeto?
- 3- Ocorreu alguma capacitação pelo projeto?
- 4- Como foi o lançamento do projeto?
- 5- Quem compõe a equipe do projeto?

Nos grupos de trabalho houve a participação de jovens em todo o processo de realização das atividades, inclusive no momento das apresentações e discussões refletidas por meio das perguntas norteadoras. Percebe-se que a mobilização e divulgação do projeto foi para além dos limites da comunidade de Entre Rios, outras comunidades do entorno do Território também estão indiretamente ligados à execução das atividades.

Os participantes foram divididos em três grupos. Além das respostas às perguntas norteadoras, outras questões do dia-a-dia foram levantadas pela plenária, como as dificuldades que os estudantes passam por não ter uma escola na comunidade, precisando se deslocar para a sede do município. Na atual gestão há o apoio com o transporte e uma monitora da comunidade para o acompanhamento diário dos alunos.

Outro momento mencionado pela comunidade foi a realização da oficina de educação ambiental, realizada pela liderança quilombola e Coordenadora da CONAQ Célia Pinto. Segundo os participantes, foi feito um dia de campo, onde trabalharam com o reconhecimento do território e os elementos da natureza necessários para a preservação ambiental (visita às nascentes dos rios, mata, áreas de roçado etc) sob a perspectiva de um olhar diferenciado.

Alguns jovens relataram que não conheciam parte do território como chegaram a conhecer com a visita de campo. Outro depoimento importante foi do senhor Carlos Augusto com mais de 60 anos, demonstrando que o olhar dos mais velhos é a experiência que se tem com os elementos do território “*a gente ta de*

meio dia pra meia noite e os jovens estão dimanhã cedo...”. Ou seja, a junção da experiência com aqueles que ainda estão no processo de aprendizado é importante para contribuir com o desenvolvimento e a preservação do território.

Ainda no período da tarde foi apresentada à equipe de acompanhamento técnico a entrega de todos os equipamentos comprados pelo projeto para a comunidade (Data Show, tela de retroprojeter, computador, duas mesas, uma cadeira de secretária, câmara fotográfica etc.) equipamentos que ficarão sob a responsabilidade da associação até o final do projeto, quando deverão ser doados definitivamente para a comunidade.

Para Senhor Sebastião (coordenador do projeto), as atividades do projeto têm efeito germinativo, a elaboração do Diagnostico Rápido Participativo (DRP) e a elaboração de uma agenda socioambiental é importante para a comunidade, que levanta suas demandas e apresenta de forma qualificada questões relacionadas com o meio ambiente, visivelmente exposto pela comunidade. Tais questões estão relacionadas com o desejo da comunidade de desenvolver a educação ambiental, considerando algumas problemáticas existentes a exemplo: 1- Desmatamento da cabeceira dos rios; 2-Retirada de porcos da comunidade (criação solta na comunidade), 3- Criação de bois nas proximidades do rio que influenciam no processo de seca e assoreamento.

Em sua fala, mencionou a importância dos programas sociais, das políticas públicas direcionadas para as comunidades quilombolas e como as comunidades estão no momento de preparação para o acesso dessas políticas. O programa Brasil quilombola, fruto da luta dos movimentos sociais que aglutina políticas públicas por meio de ações distribuídas nas três esfera governamental.

Vários momentos importantes foram promovidos viabilizados pelo projeto realizado pela comunidade, como o diálogo com gestor de meio ambiente e da gestora (prefeita) do município, a participação de outras comunidades pertencentes a territórios vizinhos e de lideranças da Resex de Cururupu (marinha) que mantém parceria com a comunidade de Entre Rios.

Aproveitamos a oportunidade para entregar um material de apoio sobre educação ambiental (ISPN). Tal material terá grande importância e utilidade no desenvolvimento da temática do projeto, bem como para a valorização de outras atividades de geração de renda discutidas de forma transversal com a educação

ambiental, a exemplo da atividade do turismo, das atividades produtivas e extrativistas mais desenvolvidas nos territórios quilombolas.

4.2.3. A roda de dialogo



Foto 17- Roda de dialogo sobre Gestão Territorial – Entre Rios
(Denise Santos/2017)

No período da tarde do dia 13, foi realizada uma roda de dialogo, onde a discussão inicial provocada pela equipe de acompanhamento técnico foi o processo de Gestão Territorial e Ambiental de Territórios Quilombolas e o processo de seleção do edital de apoio a comunidades quilombolas.

Para chegar nesses dois pontos, foi feita uma retrospectiva a respeito dos marcos legais de garantia do direito dos quilombolas a partir do artigo 68 (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), o decreto 4887/2003, o decreto 6040/2004, com o protagonismo de comunidades quilombolas que desde a década de 70 lutaram pelo reconhecimento do território e pela garantia de políticas específicas destinadas para estas comunidades.

Na região temos o exemplo do Quilombo Frechal que teve grande participação na luta pela garantia dos direitos territoriais de comunidades quilombolas em nível nacional, pelo reconhecimento e titulação enquanto reserva extrativista quilombola.

A equipe técnica também apresentou a iniciativa de publicação do edital de apoio às comunidades quilombolas realizado pelo Ministério do Meio Ambiente, dentre outras ações, e atividades articuladas por meio do diálogo direto com o movimento quilombola, a exemplo do processo de discussão de Gestão Territorial e Ambiental de Territórios quilombolas que permitiu a construção do documento

Base da Minuta de Diretrizes para a Gestão Territorial e Ambiental de Territórios Quilombolas.

A metodologia participativa, desenvolvida por meio da roda de diálogo foi um importante instrumento provocativo para que a conversa fluísse entre os participantes das comunidades (***Entre Rios, Resex de Cururupu, Bom Viver, Aliança, Prato Nascimento, Ceará, Richuelo, Condurus, Gurutiua e Santiago***). Foram levantadas questões a partir de três eixos prioritários que se relacionam entre si, e se desenvolvem de forma articulada nos territórios vizinhos:



Foto 18 Roda de diálogo sobre Gestão Territorial –Entre Rios
(Denise Santos/2017)



Foto 19 Roda de Dialogo sobre Gestão Territorial- Entre Rios
(Francinete Cruz/2017)

Atividades econômicas- A relação econômica desenvolvida no território ainda é recorrente entre as comunidades vizinhas, mesmo sendo elas de municípios diferentes. Muitas práticas tradicionais de comercialização já foram extintas e ficaram nas histórias dos mais velhos e nas lembranças de tempos “que não voltam mais”. Outros modelos de comercialização mais modernos vão

surgindo, mas ainda assim o desenvolvimento econômico da região é precário e dependente de atravessadores que dominam o mercado do pescado e da produção da farinha de mandioca, produtos mais comercializados na região.

Figura 2 Quadro demonstrativo das atividades econômicas

???	Descrição
O que a comunidade produz	Mandioca, Maniva, Feijão, Melancia, Tapioca, Banana, cebola, hortaliças, cana, cachaça etc.
O que a comunidade extrai	Açaí, buriti, peixe, babaçu, peixe da água doce,
O que a comunidade vende	Mandioca, Maniva, Feijão, Melancia, Tapioca, Banana, cebola, hortaliças, cana, cachaça.
Onde vende	Mercado local, PAA, PNAE, atravessadores, cooperativas, moradores na comunidade.
O que a comunidade troca	Peixe, farinha e outros produtos. Em algumas comunidades a prática da troca já foi extinta. Uma prática comum de troca era a troca de dias de trabalho, praticado por homens e mulheres na atividade da roça (roçado, plantação, capina e colheita).
Com quem troca	Na comunidade entre os vizinhos e outras comunidades próximas.

Atividades Culturais- As comunidades quilombolas da região da Baixada Maranhense sempre foram comunidades bastante festivas. Segundo lideranças das comunidades, existia um número bem maior de comunidades que realizavam seus festejos anuais, brincadeiras e datas comemorativas a exemplo do Carnaval, do natal, festas juninas e outros momentos dedicados ao desenvolvimento das atividades e manifestações culturais.

Figura 3 Quadro demonstrativo das atividades culturais

???	Descrição
O que a comunidade desenvolve	Tamborim, Tambor de Crioula, Bumba-meu-boi, Candomblé, Salameu, Carimbó, Cacuriá, Congo, Festa de Reggae, Pastorim, mês de Maria, Festejos do Divino Espírito Santo, São Benedito, São José, Santa Joana, Dança Afro etc.
O que a comunidade participa, onde participa.	Todas as comunidades participam entre sim das atividades festivas e culturais desenvolvidas- através do sistema de ganho de festa ¹

¹Um festeiro de uma comunidade se compromete em ir a outra festa de outra comunidades com um número de pessoas e consumir uma quantidade de bebida, aquele festeiro estará se comprometendo em também fazer o mesmo na festa da outra comunidade no seu período de realização, e assim garante o público dos festejos realizados no decorrer do ano nas comunidades quilombolas vizinhas.

Atividades Ambientais- A relação da comunidade com o meio ambiente é essencial para o uso sustentável dos recursos naturais. A maioria das comunidades quilombolas tem no meio ambiente sua principal fonte de renda e forma de sobrevivência, seja ela do mar, seja ela da floresta ou dos rios. Atualmente, com a escassez dos recursos naturais provocados por diversas questões sociais, a comunidade é obrigada a buscar outras fontes de geração de renda, cabendo à juventude a triste necessidade de ir para os grandes centros em busca do trabalho, muitas vezes sem nenhuma capacidade técnica para o mercado de trabalho formal, forçando esses jovens a ir para o subemprego.

Figura 4- Quadro demonstrativo das atividades ambientais.

???	Descrição
Quais os principais problemas ambientais	Pesca predatória, lixo, agrotóxico, queimadas próximo a cabeceira dos rios, criação de animais solto (porco e boi), extração de madeira de forma desordenada.
Quais recursos naturais comunidade utiliza	Rios, Igarapés, as baixas, a mata etc.
Já existe e/ou quais são os instrumentos de gestão Territorial e Ambiental existente no território	Acordo de gestão do território, plano de uso, plano de ação ambiental, Realização de ações de educação ambiental envolvendo toda a comunidade.



Foto 20- Painel da Roda de Dialogo- Entre Rios
(Denise Santos/2017)

Questões relacionadas ao processo de regularização fundiária e à garantia do território é assunto recorrente entre as comunidades. Todas se auto reconhecem enquanto comunidades quilombolas, sem nenhum problema aparente de indefinição do que é ser quilombola e dos direitos assegurados em leis, e

reclamam da morosidade do Estado e das dificuldades que precisam enfrentar no acesso às políticas públicas, que por lei já lhes são asseguradas.

Com tantos desafios diários, as comunidades tentam com muitas dificuldades acessar programas básicos, a exemplo do Programa Minha Casa Minha Vida, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Declaração de Aptidão do Produtor (DAP), quintais produtivos dentre outras ações específicas e destinadas para as comunidades quilombolas.



Foto 21 Painel da roda de diálogo Entre Rios
(Francinete Pereira/2017)

4.2.4. A execução do projeto

No dia 13, foi realizada reunião de prestação de contas junto à coordenação da Associação e à comissão de acompanhamento do projeto. A comissão é composta pelo Senhor José Ribamar Ribeiro- presidente da Associação, Waldiney Ribeiro- Vice presidente, Sirleny Santos- Sócia e Gilberto – Secretário de meio ambiente do município, parceiro no projeto e de outras ações desenvolvidas pela comunidade.

A reunião de prestação de contas da primeira etapa foi satisfatória, a organização das notas e recibos estão dentro da formalidade e de acordo com o manual de prestação de contas do Ministério do Meio Ambiente. O relatório técnico ainda não foi apresentado pela assessoria do projeto, mas está dentro do prazo limite para a primeira fase de execução e prestação de contas.

A associação mencionou a necessidade de reestruturação do cronograma de atividades no que se refere à realização da atividade **2.3 realização**

das apresentações de ecovideos. A adequação do cronograma será enviada à equipe técnica para aprovação e liberação da equipe técnica de acompanhamento do MMA.

4.2.5.Parcerias e recomendações

No decorrer do dia, foi realizada reunião com lideranças representantes da Resex de Cururupu, a prefeita e o secretário de meio ambiente do município de Cururupu para tratar de questões relacionadas à parceria para o projeto e outras demandas de melhorias da comunidade, bem como ações conjunta que envolvam as comunidades quilombolas e as comunidades pesqueiras localizadas nas ilhas da área da Resex.

A construção de uma geleira e de uma fábrica de beneficiamento do pescado são demandas que já vêm sendo dialogadas com outros municípios da região, haja vista que a região da Baixada e Reentrâncias Maranhense concentram um maior número de comunidades quilombolas e ribeirinhas que trabalham diretamente com o pescado, que têm sua produção diariamente entregue aos atravessadores.

A equipe do MMA informou sobre o edital de fortalecimento institucional para Resex's, com previsão de lançamento no mês de maio ou início de junho. O edital será aberto para entidades locais que tenham capacidade técnica de desenvolvimento das atividades propostas no edital.

Oportunidades:

1. A assessoria (Fundação Cidadania) que coordena o projeto junto com a Associação da comunidade Entre Rios tem experiência e apoio dos moradores e histórico de execução de projetos, como o Minha Casa Minha Vida.
2. Foi iniciada uma articulação com Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) para possibilidade de fomento de R\$2.400,00 para famílias que acessam bolsa família, para instalação de kits irrigação, agroquintais, para projetos individuais ou coletivos.
3. Ainda com o MDSA foi iniciada uma articulação para levantamento de escolas na comunidade e vizinhas para instalação de projeto de acesso à 1ª água.

4. Possibilidade de capacitação e articulação de cadeias produtivas via edital de capacitação RESEX/Maranhão (MMA/PNUD) já que a comunidade é vizinha e encontra-se entre duas RESEX contempladas pelo Edital.
5. Desenhar e estruturar cadeia produtiva com apoio do projeto GIZ/SEAD

Conclusão: a gestão territorial e ambiental passa pelo fortalecimento da comunidade, por meio de estruturação de atividades socioeconômicas sob controle daquela população e comunidades vizinhas de forma a estruturar o território.

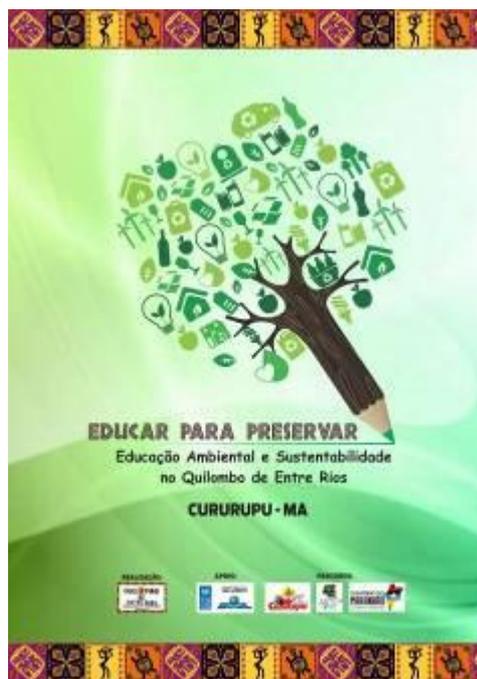


Foto 22 Apresentação do trabalho de grupo (Francinete Cruz/2017)



Foto 23 Reunião com liderança da Resex-Cururupu e gestores do município (Assessoria de comunicação)

4.3. Associação de Mulheres de Itamatatiua- Alcântara-MA



Foto 24 Reunião com a Coordenação da Associação de Itamatatiua- MA
(Mylena Cruz/2017)

No dia 16 de maio de 2017 foi realizada uma reunião na comunidade de Itamatatiua-Alcântara/MA, apenas com acompanhamento da consultora Francinete Cruz. Conforme ofício encaminhado à equipe do Ministério do Meio Ambiente, a comunidade informou que não seria possível a realização da visita de acompanhamento técnico no período já agendado devido a problemas com a ata de validação da atual coordenação que não foi registrada em cartório, sendo assim a associação ficou impossibilitada de movimentar o recurso, a documentação da Associação inviabilizando assim a movimentação da conta e, conseqüentemente, a realização das atividades já previstas e pré-acordadas no cronograma de execução.

Nesta reunião, estavam presentes a presidente da Associação, representantes do conselho fiscal, a comissão de acompanhamento do projeto, o coordenador do projeto, uma mobilizadora local e a agente administrativa do projeto. Foram feitos alguns encaminhamentos: 1- repactuação da data da oficina de acompanhamento técnico, 2- envio de ofício informando a equipe do Ministério do Meio Ambiente a respeito do imprevisto, 3- informar a equipe assim que a situação for solucionado.

Uma vez que neste momento ainda havia pendências a serem sanadas, dessa forma, a comunidade resolveu adiar a oficina de acompanhamento técnico para os dias 17, 18 e 19 de junho, período em que as oficinas de mobilização previstas no projeto deverão estar em execução.

Outras questões foram tratadas a exemplo do objetivo da visita de acompanhamento técnico, metodologia, logística e o tema da oficina. Representantes da comunidade apresentaram à consultora um resumo do que já conseguiram realizar: a contratação da equipe de trabalho e mobilizadores locais, cotação de preço de equipamentos previstos no projeto, cotação de preço de alimentação, produção do conteúdo da cartilha e banner. Além disso, já foi realizada três reuniões prévias de mobilização, bem como a reunião de planejamento com a coordenação do projeto e equipe de apoio.

Diante dos imprevistos, a coordenação da Associação está neste momento empenhada em resolver questões burocráticas de documentação, no sentido de solucionar o quanto antes e dar continuidade às atividades, sem tantos atrasos e prejuízos no desenvolvimento das atividades.

4.4. Associação Santa Cruz de Brejão dos Negros - Brejo Grande-SE.



Foto 25 Roda de diálogo – quilombo Resina – Brejão dos Negros
(Francinete Cruz/2017)

A visita de acompanhamento técnico se deu no período de 26 a 28 de maio de 2017. O Território de Brejão dos Negros é composto por quatro comunidades: Brejão, Brejo Grande, Resina e Carapitanga e o projeto, tem como tema *“Contos, cantigas e identidade: alternativas para a preservação dos mangues e das matas do quilombo Brejão dos Negros”*. A oficina aconteceu na comunidade de Resina, onde será construída a agroindústria de beneficiamento do coco da bahia, a ser coordenada pelo grupo de mulheres do território. Contou com a participação da analista ambiental Renata Apoloni, a consultora da GIZ/MMA Francinete Pereira e da Antropóloga e Assessora do projeto contratada pela comunidade Ruth Silva.

4.4.1. Processo histórico da comunidade

Certificado em junho de 2006, o território de Brejão dos Negros inicia uma luta pelo processo de titulação do território aberto no INCRA. Em abril de 2015 é publicado o Relatório Técnico de Identificação e Demarcação (RTID) com uma extensão territorial de 8.139,55 ha, onde existem 460 famílias diretamente ligadas à Associação e aproximadamente 2.200 pessoas.

Desde que a comunidade resolveu reivindicar o seu direito pela propriedade da terra, vem passando por dias difíceis para garantir a estrutura mínima de acesso às políticas públicas de saúde, educação, melhoria da produção e até mesmo o consumo de água que nos últimos anos passa pelo processo de

salinização do rio São Francisco que abastece o território, se tornando impróprio para o consumo humano e até mesmo para produção agrícola.

O território está localizado no baixo São Francisco, uma área de grande importância ecológica e alto grau de vulnerabilidade socioambiental. Vem sofrendo o impacto pela construção de 6 barragens nesse trecho do rio, além da alta demanda de utilização de água para irrigação ao longo do rio. Ao que pôde ser observado, estas atividades, combinadas a causas naturais e possíveis efeitos de mudanças climáticas a serem investigados, são responsáveis pelo rápido e crescente processo de salinização do rio São Francisco, sendo, neste território, a comunidade de Resina a mais impactada, já não tendo acesso a água potável, nem do rio, nem dos poços anteriormente existentes na comunidade, estando dependente de caminhões pipa que entregam semanalmente água à comunidade.

Desse modo, a questão de segurança alimentar para essa e outras comunidades nesse trecho do rio está seriamente comprometida, o que é agravado ainda pelos impactos da salinização no ecossistema de mangue e pelo desmatamento de grandes áreas de mangue para carcinicultura.

4.4.2. Conhecendo o território

“Segundo dados e relatos apresentados no Relatório Antropológico (BRASIL, 2015a) – uma das peças que compõem o RTID (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do território) da comunidade quilombola de Brejão dos Negros – elaborado pelo INCRA (SR-23), a ocupação do território hoje pleiteado pela comunidade de Brejão dos Negros, já se dava desde a primeira metade do século XIX: “Na região do Baixo São Francisco, Mott (1986) (...) aponta um percentual significativo de pardos e negros, os quais, por volta de 1825, haviam nascido livres” (BRASIL, 2015a, p. 61).

Os negros rurais escravizados na região do Baixo São Francisco, em Sergipe, o foram, inicialmente, sobretudo, para trabalhar no engenho Cajuhybe, um dos engenhos mais importantes do município de Brejo Grande no século XIX – onde está localizada a comunidade quilombola de Brejão dos Negros – e um dos mais referidos pelos moradores de Brejão dos Negros (BRASIL, 2015a, p. 61-62). Inclusive, segundo a antropóloga Ana Lídia Nauar (BRASIL, 2015a), no documento intitulado “Caderno de Registro de moagem do Engenho Cajuhybe”, constam informações importantes que demarcam a existência desse grupo étnico na região pleiteada, bem como das relações existentes entre Brejão dos Negros e o citado engenho. Sendo assim, a área onde, atualmente, se encontra localizada a comunidade de Brejão dos Negros (composta por quatro povoados), é parte deste antigo engenho Cajuhybe, que pertenceu (ainda pertence) a família Machado, cuja influência política permanece muito forte no município e na região” (BRASIL, 2015a, p. 62-63)

A população do quilombo Brejão dos Negros vive – mesmo com pouca ou quase nenhuma área de terra para plantar, da agricultura (que é pouco praticada pelos moradores) e da pesca artesanal de peixes e mariscos, bem como da catação de caranguejo nos manguezais. Há projetos de apicultura na comunidade de Brejão dos Negros, com a venda de pólen e mel, mas o número de

famílias envolvidas no projeto ainda é pequeno considerando a quantidade de famílias que vivem no território.

O plantio de arroz, tradicionalmente realizado pelas comunidades e a agricultura de forma geral, já estão impactados, sendo que, pelos relatos dos comunitários, nos últimos cinco anos têm sido inviável a manutenção das áreas de plantação.

Outra atividade que já está sendo impactada pelo rápido e crescente processo de salinização são os plantios de coco, que nas áreas próximas ao rio já estão morrendo. O coco tem sido uma das alternativas de renda diante da pressão sobre os recursos pesqueiros/mangue, sendo que são explorados diversos elos, desde a venda do coco verde até o beneficiamento do óleo de coco.

A análise das estratégias de desenvolvimento regional adotadas, além dos parâmetros e análises utilizadas pelos próprios órgãos ambientais para a utilização dos recursos naturais não estão considerando a existência e os direitos das comunidades quilombolas, em seu meio ambiente saudável.

As alternativas de renda dos quilombolas são ainda trabalhos em fazendas da região ou nas prefeituras locais. Segundo relatos dos comunitários, eles têm sido impossibilitados pela forte pressão contrária da sociedade local ao processo de reconhecimento da identidade e luta pela garantia do território quilombola.

4.4.3. A visita de acompanhamento técnico e a roda de dialogo



Foto 26- Roda de conversa – Quilombo Resina Brejão dos Negros
(Francinete Cruz/2017)

Foto 27 Apresentação de Maracatu- Quilombo Resina-Brejão dos Negros
(Francinete Cruz/2017)



A visita de acompanhamento técnico foi realizada durante os dias 26 a 28/05, além dos dias de deslocamento. Foi realizada concomitante a uma das rodas de conversa previstas na “Atividade 2.3 - Realização de quatro rodas de conversa para oitiva de contos e cantigas das pessoas idosas das comunidades sobre o imaginário coletivo e figuras folclóricas associadas à natureza e sua preservação”. Essa atividade conta com mobilizadores locais da comunidade e assessoria de uma antropóloga contratada pela associação para o projeto.

No dia 26/05 pela tarde foi realizada uma recepção calorosa à equipe. Além da apresentação do Maracatu, contaram histórias da comunidade sempre comandada por uma pessoa mais experiente. O resgate das cantigas, versos, contos, histórias, brincadeiras de rodas apresentadas pelas crianças, foi uma riqueza cultural e um aprendizado inigualável.

O grupo de Macaratu comandado pelo Mestre Aduino e Dona Isaltina, tem características únicas como Maracatu e como tradição cultural, não tem nenhuma aparente relação com o Maracatu Pernambucano. Isso nos mostra que o Maracatu foi e ainda é muito mais amplo do que pensamos: além das tradicionais baianas, o Maracatu tem soldado, padre, noivo e noiva, os tambores são tocados com as mãos, acompanhada de uma Cuica, como a maioria das manifestações culturais de Sergipe.

Como foi apenas uma pequena apresentação não participaram todos os personagens que compõem o grupo de Maracatu de Brejão dos Negros, nem por isso deixou de ser animado e diversificado. Após a apresentação do Maracatu, iniciou-se a roda de conversa coordenada pela Antropóloga Ruth Silva responsável pelo registro das rodas e elaboração do livreto.

Estavam presentes representantes das quatro comunidades do território, INCRA/SR/SE, Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe – EMDAGRO, sendo que esta última está iniciando um projeto de assistência técnica no território e ficou interessada em conhecer o projeto em execução.

Dona Deda e Marília brilharam com as histórias antigas, ainda deram palhinhas de músicas que costumavam cantar, na roça e nas noites na comunidade. O senhor Adalton e Isaltina comandavam o Maracatu, a cada parada das histórias uma rima surgia, desafiando homens e mulheres ali presentes e participantes da roda de conversa.

No dia 27/05 estava prevista a realização de uma oficina que foi realizada na sede do barracão da Associação da comunidade quilombola de Resina, a beira do Rio São Francisco, com participação de lideranças das comunidades de Carapitanga, Brejão, Brejão Grande na atividade durante todo o dia.

Na fala inicial o presidente da Associação Mãe (Magno Santos) e o presidente da Associação de Resina (Eneias Santos) fizeram a fala de boas vindas e relataram a satisfação de estar recebendo as demais comunidades atendidas pelo projeto, bem como, a equipe de acompanhamento que conduziu a oficina.

A pedido das associações das comunidades, a oficina foi programada para falar sobre elaboração de projetos e prestação de contas. As associações têm muito interesse em ser capacitadas no tema, e acessar mais editais para implementar projetos nas comunidades. Como base para o diálogo sobre projetos, utilizou-se o material produzido pelo ISPN “Guia de Elaboração de Pequenos Projetos Socioambientais para Organizações de Base Comunitária” e falou-se sobre o processo de prestação de contas de projetos.

Em paralelo, foi construído, junto à comunidade, um mural, como base para a visualização da gestão territorial e ambiental, com tarjetas destacando as seguintes questões: comunidades existentes no território, atividades produtivas e culturais, trocas e vendas – geração de renda, resgate do histórico de luta e troca sobre a identidade quilombola. O mural, ao final, representa todo o território, trazendo os elementos do que é gestão territorial e ambiental em Brejão dos Negros.



Foto 28- Roda de diálogo Quilombo Resina
(Ruth maio/2017)

Momentos da oficina:

- 1- Informações sobre o processo de Gestão Territorial e Ambiental e o edital de Apoio da Gestão Territorial para Comunidades Quilombolas.
- 2- Roda de dialogo sobre elaboração e gestão de projetos para o desenvolvimento local da comunidade.
- 3- Diálogo sobre a execução do projeto, ajuste e adequação da proposta aprovada.

Após a apresentação dos presentes, foi feito um histórico do processo de Gestão Territorial, quais os caminhos percorridos para que o edital fosse lançado até o momento da seleção da Associação. Sessenta propostas foram recebidas e apenas cinco conseguiram chegar até o final, demonstrando o potencial da comunidade, e sua capacidade autonomia. Com o início da implementação do projeto, diversos desafios se apresentaram à comunidade no que se refere à execução e gerenciamento de recursos.

Foi compartilhado que os objetivos e metas também contribuíram para a aprovação, uma vez que o território passa por fortes impactos ambientais e propuseram trabalhar com alternativas de renda, resgate cultural e ambiental de como era e é hoje o território e instrumento de planejamento/mapeamento do território. Trabalhar a melhoria e o desenvolvimento da cadeia do coco-da-bahia por meio de construção de unidade de beneficiamento com a finalidade de contribuir com a geração de renda além de fortalecer institucionalmente o grupo de mulheres do território, trabalhar o resgate e o registro histórico, são pontos fortes que contribuíram para aprovação e seleção do projeto de Brejão dos Negros.

Para além da construção da agroindústria de beneficiamento do coco, outras questões sociais estão sendo discutidas, como a abertura da estrada para a comunidade de Resina e a perfuração de um poço para a melhoria da água para consumo e uso na fábrica de beneficiamento. Inicialmente a proposta da comunidade era a compra de um dessalinizador para permitir o beneficiamento. Porém, juntamente à equipe técnica do MMA, INCRA/SE e antropóloga Ruth, foram problematizadas algumas questões centrais ligadas ao planejamento e manutenção do dessalinizador, baseado em diálogos feitos com a equipe técnica do Programa Água Doce (do MMA), que tem grande experiência e acúmulo técnico nesses sistemas e também em experiências de outras comunidades na gestão destes.

Os objetivos de uso do dessalinizador foram discutidos junto à comunidade e foi entendido que a demanda de água potável é para além da

agroindústria, já que nenhuma das casas tem acesso a água potável a não ser por meio de caminhão pipa que abastece a comunidade semanalmente. Desse modo, o dessalinizador teria uma demanda maior do que a prevista, e provavelmente não daria conta de atender às reais necessidades da comunidade, que teria que buscar uma ação mais estruturante nesse sentido.

Ainda, foi discutida a complexidade da gestão do dessalinizador, e os custos com sua manutenção, sendo avaliado que essa alternativa não seria a melhor para resolver esse problema na comunidade.

Assim, com apoio do INCRA, tem-se articulado a perfuração de um poço na comunidade pela COHIDRO, que já se mostrou disponível, mas depende da construção de um pequeno trecho, de cerca de 1km de estrada, que garanta acesso à comunidade. A estrada também facilitaria a logística para acesso a outras políticas públicas e serviços básicos. Está em fase de negociação a construção da estrada.

Desse modo, a parceria com o INCRA/SR/SE e a execução do projeto está contribuindo com outras discussões referentes à melhoria do acesso a água de qualidade para consumo que atualmente é obtida por meio de caminhão pipa, e o acesso para o quilombo de Resina, comunidade que mais sofre pela falta de vias de acesso.

Após abordar essa questão da água, que implicaria na mudança do projeto e aprovação da equipe do MMA, foram compartilhadas outras questões sobre o território. Algumas famílias são atendidas pelo seguro defeso, bolsa família e auxílio maternidade, mas sofrem com o preconceito por parte de técnicos das instituições de fiscalização.

A comunidade relatou grande dificuldade com o diálogo junto ao IBAMA, que segundo relatos da comunidade, tem favorecido a atuação de grandes pescadores e carcinicultores, estes sim, responsáveis pelo desmatamento e degradação do mangue e das espécies de peixes e caranguejos. Por outro lado, os pescadores artesanais sofrem com as ameaças no rio, pela prática da pesca artesanal.

Segundo as lideranças, existe uma norma segundo a qual só é permitida a pesca com redes de malha 50, mas com frequência os fiscais pegam redes dos pescadores que estão dentro da norma permitida, com relatos de casos que os fiscais além de rasgarem as redes ainda levaram o peixe, que foram pegos dentro da legalidade para o sustento da família.

Outro forte impacto ambiental na região são os tanques para a criação de camarão - carcinicultura - muitas vezes autorizados pelo próprio órgão ambiental. Para a implantação dos tanques, são realizados desmatamentos de grandes áreas de mangue, e a utilização de produtos químicos e ração para a criação prejudicam e matam espécies de flora e fauna locais.

Desse modo, faz-se imprescindível incluir as comunidades ribeirinhas impactadas nestes fóruns decisórios e de planejamento junto aos órgãos ambientais responsáveis pelas licenças de carcinicultura concedidas e sua normatização.

Dessa maneira, como uma primeira análise que precisa ser aprofundada, tanto a conservação dos ecossistemas como a **segurança alimentar, acesso à água potável e garantia de autonomia para a gestão do território** estão sofrendo impactos abruptos e crescentes.

Com o aumento da carcinicultura, que avança para dentro do território quilombola, diminui cada vez mais as alternativas de sustento das famílias que vivem no território.

Segundo a representante do INCRA/SR-SE que acompanha o processo do Território de Brejão dos Negros, já foram feitas denúncias na Polícia Federal e no Ministério Público Federal para barrar essa prática ilegal. Uma das fazendas (Batateiras) que está sob a jurisdição do INCRA e em posse da comunidade, está ocupada com os tanques.

Proprietários alegam ter licença do órgão estadual de Meio Ambiente, que em audiência pública no Ministério Público (MP), afirma ter emitido a licença mas suspendeu para reanálise das mesmas. O INCRA ajuizou junto à procuradoria do Estado de Sergipe uma ação de reintegração de posse e despejos e aguarda que seja realizada o quanto antes a ação conjunta de fiscalização com a Polícia Federal.

Com essas ações irregulares, as famílias além de ficarem impossibilitadas de mariscar nos igarapés, são frequentemente ameaçadas por jagunços que vigiam os tanques da carcinicultura. A destruição do meio ambiente é algo que a comunidade enfrenta junto à diminuição dos recursos naturais e a poluição das águas pelo uso de agrotóxicos.

Em resumo, o território de Brejão dos Negros, alvo de fortes pressões sobre os recursos naturais, tem como principais atividades produtivas, a pesca, a apicultura, a extração do coco da praia, a cata do caranguejo e a plantação de

arroz que antes do processo de salinização da água a comunidade tinha vasta plantação de arroz, atualmente pouco se vende e a produção é apenas para a subsistências das famílias.

Os quilombolas do território destacam que atuam na conservação destas áreas, mas como visto pelos relatos e reconhecimento do território, não tem acesso a serviços e políticas públicas básicas, e sofrem fortes impactos negativos de políticas públicas executadas em contramão dos reais objetivos de conservação destas áreas protegidas.

Assim, a oficina sobre elaboração de projetos e prestação de contas foi realizada em formato de diálogo, mostrando também alguns materiais que a equipe havia levado como o “Guia de Projetos para Agroindústrias Comunitárias”, elaborado pelo ISPN e outros materiais de educação ambiental.

Após essa etapa, iniciou-se um período de diálogo sobre prestação de contas. Notou-se que os membros da associação não estavam apropriados do manual de prestação de contas e foi combinada a realização de uma capacitação no domingo para demais membros da associação e comissão de acompanhamento do projeto. Mais uma vez, a experiência com Brejão demonstrou a necessidade de adaptar as chamadas públicas aos quilombolas garantindo dentro do cronograma e atividades do edital, um momento de apoio para discussão coletiva e adaptações/aprimoramento dos projetos e também uma atividade realizada nas comunidades, antes do início da execução do projeto, para fazer a capacitação sobre prestação de contas para um grupo maior dos associados, de forma a garantir a distribuição de tarefas e a formação de um número maior de pessoa para apoiar a execução do projeto.

4.4.4. A execução do projeto

No dia 28, a oficina teve continuidade apenas com a coordenação da Associação e a comissão de acompanhamento do projeto, para tratar de dúvidas referentes à prestação de contas e ajustes nas metas e atividades do projeto.

A oficina de prestação de contas, e a apresentação ponto a ponto do manual de prestação de contas serviu para que a associação e a assessoria tirassem todas as dúvidas de cotação de preço, pagamentos, emissão das notas fiscais e recibos, registros das atividades e a elaboração do relatório técnico de execução.

Na realização da Meta 1, atividade 1.1 do projeto houve alteração, com a parceria da comunidade e a Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos

e Irrigação de Sergipe-COHIDRO, que se comprometeu com a perfuração de poços na região. Assim, a instalação do dessalinizador no projeto foi descartada e foi trabalhada a possibilidade de ajustar as metas e realizar o remanejamento do recurso, capaz de cobrir outros custos que não foram mencionadas no projeto.

Na reunião com a associação foram revistas todas as metas e atividades, com orientações do que pode e do que não poder ser solicitado ao Ministério do Meio Ambiente.

Foi problematizada a metodologia e planejamento da atividade de realização de mapeamento e planejamento dos aspectos e impactos ambientais do território. Percebeu-se a necessidade de discutir bem os objetivos e metodologia da atividade, o que ainda não estava muito amadurecido pelos participantes. A equipe compartilhou a experiência do mapeamento enquanto um instrumento de luta, político, com exemplos das cartografias sociais que alguns representantes puderam conhecer quando da capacitação do projeto realizada em Brasília, da cartografia social do projeto de Matinha, o que gerou muito interesse. Ficou como encaminhamento checar a possibilidade de apoio e parceria para aprimorar essa atividade.

Ficou como encaminhamento também, para a coordenação da Associação e assessoria técnica, agilizar o pedido para o recebimento do projeto da agroindústria já iniciado pelo engenheiro, definir a forma de contratação e finalizar o contrato do engenheiro, definir em contrato qual a forma de pagamento e agendar o início e cronograma das obras. Foi realizada uma longa discussão sobre a forma de contratação – pessoa física ou jurídica, prós e contras, e distribuição de responsabilidades.

Houve também a discussão sobre a necessidade de garantir no projeto a contratação de representante do território para acompanhar a execução de todas as atividades do projeto, no sentido de uma coordenação local.

Foi acordado que a associação, junto à assessoria fariam as adequações ao projeto e encaminhariam a solicitação do ajuste do projeto para a equipe do MMA, para análise e aprovação dos recursos remanejados.

Por fim, houve diálogo com a comunidade sobre a questão do turismo, uma vez que a comunidade tem alto potencial turístico, mas já vem percebendo os impactos negativos que também podem ser associados a isso.

Uma das questões que apareceram foi a necessidade de acordos coletivos em relação as pessoas que chegam separadamente a comunidade, tanto para

atividades turísticas como de pesquisa e extensão. Foi relatado pela equipe um pouco do processo de etnoturismo e importância da discussão coletiva do que a comunidade quer e não quer, ou seja, acordos para essa atividade.

- **Potenciais Instrumentos de GTA:** plano de etnoturismo, protocolos comunitários, mapeamentos comunitários.
- **Pontos importantes:** Desenho e fortalecimento das cadeias produtivas locais, fortalecimento de redes de cooperação e associativismo locais (economia solidária), resgate de sementes crioulas, fortalecimento do etnoturismo enquanto instrumento de Gestão Territorial e Ambiental (GTA), vinculação com as estratégias de “mudanças climáticas”, segurança alimentar, acesso à água no âmbito dos direitos humanos, discussões e licenciamento de atividades no mangue - carcinicultura, fortalecimento dos territórios quilombolas enquanto área protegida, vinculação clara entre fortalecimento da identidade, resgate cultural e conservação ambiental/GTA Quilombola, Desenho de editais com manifestação de interesse/ construção conjunta do projeto na comunidade/ oficina in loco para capacitação sobre projeto e prestação de contas.



Foto 29- Encerramento da oficina de prestação de contas
(Francinete Cruz/2017)

Foto 30- Representante da Associação e Técnicas do MMA



4.5. Associações de Moradores e Produtores Rurais Extrativistas do Quilombo Bom Jesus - Matinha-MA



Foto 31 Plenária do Encontro – Quilombo Bom Jesus-Matinha-MA
(Jacobson Luis/2017)

A visita de acompanhamento técnico se deu no período de 27 a 29 de maio de 2017, no Território Quilombola: Sesmarias do Jardim, que abrange três comunidades e cerca de 200 famílias. O Projeto “*Território Sesmarias do Jardim na defesa de patrimônios culturais e ambientais*” executado pela Associação de Moradores e Produtores Rurais Extrativistas do quilombo Bom Jesus tem como objetivo trabalhar um instrumento de Gestão Territorial e Ambiental (protocolo comunitário).

Nos dias 27 e 28/05 a equipe técnica, composta por Jacobson Rodrigues e Márcia Franceschini (MMA) acompanhou a atividade 1.5 – I. Encontro do projeto, que foi realizada na comunidade quilombola de São Caetano, reunindo mais de 100 participantes, de 08 comunidades, com assessoria de professores da Universidade Federal do Pará (UFPA).

A programação consistiu em:

- 1- Relato da mobilização e oficinas realizadas até o momento (*Reconhecendo meu território, Cartografia Social e Reconhecendo meus Direitos*);
- 2- Grupo de Trabalhos (GTs) das comunidades para elaboração de acordos e demandas que subsidiem o protocolo comunitário;

3- Roda de diálogos entre lideranças das comunidades, autoridades e gestores públicos para apresentação de demandas e pactuação de agendas.

Na parte da manhã do dia 29/05 foi realizada uma conversa e uma visita de campo junto a lideranças da comunidade e ao promotor do município de Matinha, Sr. Julio Magalhães. Na conversa, foram relatados diversos fatos que demonstram, além das recorrentes violações de Direitos Humanos (ameaças de morte, instalação de cercas elétricas, restrição do direito de “ir e vir”, riscos atrelados à criação de búfalos na região), graves ameaças à manutenção e acesso a recursos naturais na região (construções de ilegal de tanques para a piscicultura, infestação dos campos naturais por capim, contaminação das águas e dos peixes, derrubada de babaçuais, etc).

O território está situado na APA da Baixada Maranhense, um UC estadual e sítio Ramsar (ou seja, Zona Úmida prioritária para a conservação), mas que não conta com instrumentos efetivos de proteção. Os técnicos puderam realizar uma visita aos campos naturais, tendo observado a presença de búfalos, cercas e infestação por capim. Lideranças da comunidade também relataram a existência de preconceito institucional, pois já realizaram diversas denúncias e BOs e as providências necessárias não foram tomadas.

Foi possível verificar que a execução do projeto estava conforme o cronograma previsto mas, por conta do tempo exíguo, não foi possível realizar uma discussão detida junto à assessoria e à coordenação da Associação responsável pela execução do projeto sobre a prestação de contas.

A equipe técnica do MMA e assessora da GIZ ficaram disponíveis para retirada de dúvidas e esclarecimentos relacionados à prestação de contas, o que foi realizado em momento posterior por email, contato por telefone e visita presencial da equipe esculptura do projeto

4.5.1. Fragilidades e ameaças para a gestão coletiva do território

Por meio da visita de acompanhamento técnico foi possível identificar as seguintes ameaças à gestão coletiva do território:



Foto 32 Mapa do Território (Jacobson Luiz/2017)

Gestão de recursos naturais - A ocupação do território e dos campos naturais e apropriação dos recursos por parte de terceiros sem planejamento e controle do Estado tem gerado impactos que comprometem a manutenção das práticas tradicionais, dos meios de produção e a segurança alimentar das comunidades.

As comunidades têm como principais atividades produtivas e de subsistência a quebra do coco babaçu por mulheres (e produção de derivados como azeite) e a pesca, além do cultivo de hortaliças, mandioca e pequenos animais. A região tem sido ocupada por fazendeiros (muitas vezes irregularmente) que criam búfalos, plantam capim, cercam as propriedades para além de seus limites, muitas vezes com cercas elétricas) e impedem o acesso aos babaçuais por parte das quebradeiras, constroem diques (bombeando água dos campos para a criação dos búfalos e gado) e açudes, para a criação de peixes.

Há diminuição do fluxo de água dos campos e contaminação dos peixes por fezes dos búfalos e agrotóxicos utilizados pelos fazendeiros que ocupam a região.

Regularização fundiária, ameaças e violações de Direitos Humanos

– A demora do processo tem fragilizado a presença e fortalecimento das comunidades, que se veem cada vez mais acudadas pelos fazendeiros, que ampliam suas “cercas” e restringem o direito de ir e vir. Foram relatadas situações mais explícitas de violação de direitos humanos, desde morte de quebradeira em cerca elétrica, ameaça de morte, restrição de acesso a babaçuais/ imposição do regime de “meia” e preconceito “institucional”.

Articulação intercomunitária – Algumas questões demandam maior concertação e acordos entre as comunidades em relação à questão fundiária (moradores que têm títulos de propriedade e, com receio de perdê-los estão questionando sua inclusão no território), na relação com parentes que são pequenos fazendeiros (colocam cercas e criam búfalos) e na necessidade de consenso sobre uso de agrotóxicos nas roças.

Fragilidade dos instrumentos de gestão da Área de Preservação Ambiental (APA) da Baixada Maranhense – O Território está inserido na APA, e Unidade de Conservação (UC) estadual que abrange 32 municípios. Porém, a APA carece de instrumentos efetivos de planejamento e gestão, não contando com Plano de Manejo, Conselho ou mecanismos eficientes de monitoramento e fiscalização da SEMA, Polícia Ambiental e demais órgãos com esta competência.

4.5.2 Potenciais e oportunidades para a gestão coletiva do território

Foram identificados os seguintes pontos:

Empoderamento da Associação – Representantes da Associação têm domínio do projeto e capacidade de mobilização e diálogo entre as comunidades e junto aos gestores públicos. A Associação está envolvida em outros projetos (p.ex Programas de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-ECOS/ ISPN) e tem parcerias (MIQCB), Universidade Federal do Pará (UFPA), Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) que contribuem para uma atuação mais fortalecida.

Interlocução com gestores públicos e pactuação de agenda – O I Encontrão oportunizou o diálogo com autoridades e gestores públicos, sobretudo municipais e estaduais. A presença de figuras como Secretário dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), Secretaria-Adjunta da SAF, prefeita e promotor do município e com técnicos (Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (AGERP), Secretaria de Estado Educação (SEDUC), Instituto de terras do Maranhão (ITERMA), Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), Ministério do Meio Ambiente (MMA) ofereceu espaço para reivindicações e pactuação de compromissos que incluem nomeação de coordenador (a) para o órgão de promoção da igualdade racial do município.

Foram realizados informes e dados encaminhamentos como: a realização Seminários relativos à educação escolar quilombola, indicação de técnico da Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural do Maranhão

(AGERP) para tratar da região, entrega dos kits de quintais produtivos, revisão do Plano de retirada de cercas e operações para a vistoria e retirada das mesmas, avaliação da lista de Boletins de Ocorrências (BOs) realizados e encaminhamentos, participação na reunião do Comitê Nacional de Zonas Úmidas- (CNZU), dentre outras ações.

Diálogo com RAMSAR²/CNZU – O fato das comunidades estarem na Área de Preservação Ambiental (APA) da Baixada Maranhense, que é sítio Ramsar, torna a região prioritária para ações de conservação. As comunidades, por meio de sua presença e formas tradicionais de uso e ocupação do território (de baixo impacto ambiental) contribuem para a conservação desta área úmida.

É preciso ampliar a participação de representantes comunitários no CNZU que forneçam insumos e encontrem meios de fortalecer sua presença no território, permitindo, para além de garantir seus direitos enquanto Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), contribuir para uma gestão mais efetiva da APA (pressionando para a elaboração do Plano de Manejo e instalação do Conselho) e contrapor o modelo de desenvolvimento predatório que vem ganhando força na região.

Alternativas de atividades produtivas – Uma das ações em curso é a implantação de quintais produtivos em parceria com MIQCB e SAF. Contudo, a iniciativa tem encontrado obstáculos para acesso à água necessária para alimentá-los. Em reunião posterior com a SAF foi informada a existência de ações que poderiam contemplar as comunidades da região (editais para instalação de pequenos diques/canais de baixo impacto, experiências de culturas integradas, p.ex. de arroz e peixes nativos).

4.5.2. Demandas e potencialidades via SEDR/MMAe entidades parceiras

Por meio da visita técnica, foi possível identificar algumas ações que podem ser realizadas pela Secretaria que podem facilitar o alcance ou potencializar resultados positivos dos projetos

Necessidade de fortalecer o entendimento do Território Quilombola (TQ) enquanto Área Protegida – Por se tratar de um sítio Ramsar, a região

² A Convenção de Ramsar é um tratado intergovernamental, que estabelece marcos para ações nacionais e para a cooperação entre países com o objetivo de promover a conservação e o uso racional de zonas úmidas no mundo

apresenta condições estratégicas para reforçar o entendimento deste território enquanto área protegida, endossando o Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP). É preciso que a Secretária de Desenvolvimento Rural (SEDR) fortaleça o diálogo com a Secretaria de Biodiversidade (SBio), estreitando a interlocução com a CNZU a fim de que este fórum passe a adotar ações mais inclusivas de PCTs e medidas mais efetivas de proteção e conservação das Unidades de Conservação (UCs) em que estão inseridas.

Interlocução com órgãos voltados à promoção de Direitos Humanos – A Secretaria de Desenvolvimento Rural (SEDR) deve propiciar uma aproximação junto a órgãos que contribuam para lidar com as violações de Direitos Humanos na região para que as denúncias tenham encaminhamentos concretos. Recomenda-se interlocução junto ao Ministério de Direitos Humanos/SDH, 6ª Câmara do Ministério Público Federal (MPF) e Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo.

Fortalecimento de cadeias produtivas e Cadastro Ambiental Rural (CAR) Sobre cadeias produtivas foi realizada uma aproximação junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) para fornecimento de 600 bolsas fomentos que poderiam contemplar famílias também desta região, como está sendo articulado para Entre Rios. Pode ser verificada a possibilidade de apoios relativo ao acesso à água viabilizar os poços necessários à implantação dos kits dos quintais produtivos.

Em relação ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) assumiu o projeto do Fundo Amazônia, antes sob gestão da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA). Estão reelaborando o projeto (R\$ 44 milhões) para atender os Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PCTAFs) por meio da contratação de empresas que atuariam em oito polos.

A Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) tem dialogado com a Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas-CONAQ, Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) e Confederação Nacional de Trabalhadores (as) da Agricultura (CONTAG).

Porém, a negociação foi paralisada, pois a SEMA propôs projeto com Serviço Florestal Brasileiro (SFB) realizar 6 mil CARs e o Banco Nacional de

Desenvolvimento (BNDES) questionou a governança das ações de inscrição no CAR no Estado. A SAF está com dificuldade de diálogo com SEMA e SFB, ainda não teve acesso ao arquivo executável para o módulo PCTs.

A realização de uma capacitação está em discussão com Instituto Socioambiental (ISA) e CONAQ. Cabe à SEDR facilitar a interlocução e garantir a presença da SAF nos fóruns para discussão de CAR PCTs (uma vez que foi designada como órgão responsável pela inscrição no CAR destes públicos e tem maior capacidade de atuação junto aos mesmos). Também é preciso verificar possibilidades de potencializar a capacitação em discussão.



Foto 33- Território Sesmaria-Matinha-MA (Jacobson Luis/2017)

5. RECOMENDAÇÕES

Considerando o processo planejado para a o acompanhamento da execução das atividades e as experiências obtidas por meio das visitas técnicas nos territórios contemplados pelos 5 projetos, é possível identificar algumas dificuldades, desafios e potencialidades comuns.

As visitas de campo trouxe elementos já identificados no processo de seleção, por exemplo: Deficiência nos meios de comunicação que impossibilita a comunidade em ter acesso em tempo real nos editais e outras formas de captação de recurso para fortalecimento interno; Tempo insuficiente para a elaboração de propostas construída de forma coletiva com o envolvimento de toda a comunidade; Envolvimento de outros atores para além da coordenação da associação;

Dificuldades em manter a documentação da associação em dias, devido ao difícil acesso a cidade; Falta de conhecimento e autonomia sobre a gestão de recurso

Diante das constatações, é possível recomendar aos órgãos e entidades de apoio as comunidades quilombolas, que considere questões que poderão minimizar as problemáticas enfrentadas pelas comunidades na captação de recurso.

- O tempo de submissão de propostas a Editais: pois o tempo além de inviabilizar o envio de propostas inviabiliza o envio de propostas qualificadas e elaboradas junto a comunidade, onde reflita nas metas e atividades o que a comunidade pretende no desenvolvimento do projeto a ser apresentado.
- Para as próximas chamadas, aponta-se a necessidade de um momento inicial, antes do início da execução das atividades, para o detalhamento e a construção conjunta da proposta, a inclusão deste tipo de apoio é importante para a apropriação do projeto pela comunidade.
- A Oficina de capacitação para a prestação de contas: idealmente fazer nas comunidades, a formação atenderá um número maior de pessoas que estarão envolvidas nas questões administrativas e financeiras do projeto.
- A Necessidade de haver assessorias com histórico de atuação e relação de confiança com as comunidades que fomentem a construção de capacidades e autonomia das lideranças e técnicos quilombolas.

É importante que as comunidades tenham discussões coletivas e mais estruturantes sobre as necessidades e demandas prioritárias, os projetos devem ser oportunidade para avançar em processos contínuos e empoderados, sem que causem maiores riscos e conflitos internos num processo que é de fortalecimento institucional.

Identificar órgãos e entidades parceiras que possam contribuir para potencializar os resultados dos projetos, é sem dúvida um importante passo que precisa ser construído em conjunto com as associações locais, a articulação entre ações que possam ser desenvolvidas de acordo com as temáticas e objetivos de cada projeto, pode somar esforços no sentido de envolver outros atores e acessar outras políticas públicas.

6. -CONCLUSÃO

Em quase três séculos do colonialismo no Brasil, os quilombos foram se formando com extrema invisibilidade social. Assim, ao longo da história, além de lutar pela sobrevivência, as comunidades quilombolas lutaram no sentido de garantir seus direitos perante o Estado.

O quilombo ganhou visibilidade com a Constituição de 1988, que instituiu um Estado Democrático de Direito, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade justa.

Com o artigo 68 do ADCT, o quilombo conquistou um *status* jurídico, e o quilombola viu ser reconhecido seu direito de permanecer nas terras historicamente ocupadas. Mas ainda assim, apesar dos notáveis avanços, ainda existe um grande caminho a ser percorrido e muitos direitos a serem garantidos.

A territorialidade garantida pelas políticas públicas se fundamenta na idealização do quilombo como elemento de resistência, campo de afirmação da identidade étnica e de estruturação social. De fato, a formação dos quilombos se deu por meio de princípios culturais e estratégias de resistência, o que possibilitou a sua existência e permanência ao longo dos séculos nos mais diversos espaços do território brasileiro.

Em paralelo à política fundiária, não podemos aqui deixar de mencionar a importância das políticas de ações afirmativas. No entanto, mesmo com os avanços alcançados com as políticas públicas direcionadas ao público quilombola, o momento político atual demonstrou o quanto essas comunidades continuam sendo um público em situação de extrema vulnerabilidade social.

As políticas de ações afirmativas são necessárias, e embora a sociedade esteja melhorando, no que se refere aos indicadores de qualidade de vida e renda da população, enquanto não tratarmos os desiguais enquanto desiguais, a vida melhora, mas as desigualdades são mantidas.

Diante dos inúmeros momentos de luta e resistência, as comunidades quilombolas em pleno século XXI continuam sem a garantia plena de seus direitos e continuam sofrendo com o retrocesso das políticas.

As cinco comunidades atendidas no edital da chamada pública MMA/SEDR/DEX 01/2016 para apoio à gestão territorial e ambiental de territórios quilombolas, tem um longo caminho a percorrer. O processo de luta pela conquista

do território é sempre a prioridade diária, e é um desafio pensar a perspectiva da gestão do território sendo que, em muitos casos ainda não se tem a garantia do direito a território e em que as comunidades convivem em constantes conflitos com invasores e até com órgãos públicos.

Verificou-se na primeira visita de acompanhamento técnico que há um esforço das associações em desenvolver as atividades previstas no projeto da melhor forma, algumas com mais, outras com menos experiências.

Mesmo com todo o esforço, é visível a necessidade de coordenadores e coordenadoras representantes das associações terem acesso a processos de capacitação e formação na gestão, o aprimoramento dessa formação se dá a partir do envolvimento de pessoas mais jovens com outras habilidades, para além da discussão política.

Assim, faz-se imprescindível um componente de fortalecimento das associações quando da implementação de ações voltadas a gestão territorial e ambiental. Outro ponto importante detectado nas visitas foi à importância do apoio do movimento quilombola, mesmo com poucos recursos e pessoas para áreas grandes do território nacional, conseguem, dentro de suas limitações, contribuir com o diálogo e o processo de formação das comunidades no que diz respeito à garantia de seus direitos.

O acesso às políticas públicas e a visão do movimento no processo de discussão da Gestão Territorial e Ambiental, passos importantes para o desenvolvimento e a garantia dos direitos das comunidades. Portanto, garantir o acompanhamento do movimento social, a realização de intercâmbios, bem como o fortalecimento institucional, é importante para potencializar e ampliar o diálogo junto às comunidades.

A discussão da gestão territorial é transversal e precisa mobilizar outros parceiros e espaços de diálogo existentes, a exemplo da Agenda Social Quilombola coordenado pela Secretária de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), e envolve além de órgãos governamentais a sociedade civil.

7. ANEXOS

- **05 a 07/05/2017**- Programação e metodologia da visita de acompanhamento técnico na comunidades Quilombolas Tapuia-Camamu-Ba
- **11 a 13/05/2017**- Programação e metodologia da visita de acompanhamento técnico na comunidade Entre Rios-Cururupu-MA.
- **25 a 29/05/2017**- Programação e Metodologia da visita de acompanhamento técnico na comunidades de Brejão dos Negros-Brejo Grande-SE
- **26 a 30/05/2017**- Programação e Metodologia da visita de acompanhamento técnico na comunidade de Bom Jesus-Matinha-MA
- **21 a 24/06/2017**- Programação e metodologia da visita de acompanhamento técnico na comunidade Itamatatiua-Alcântara-MA